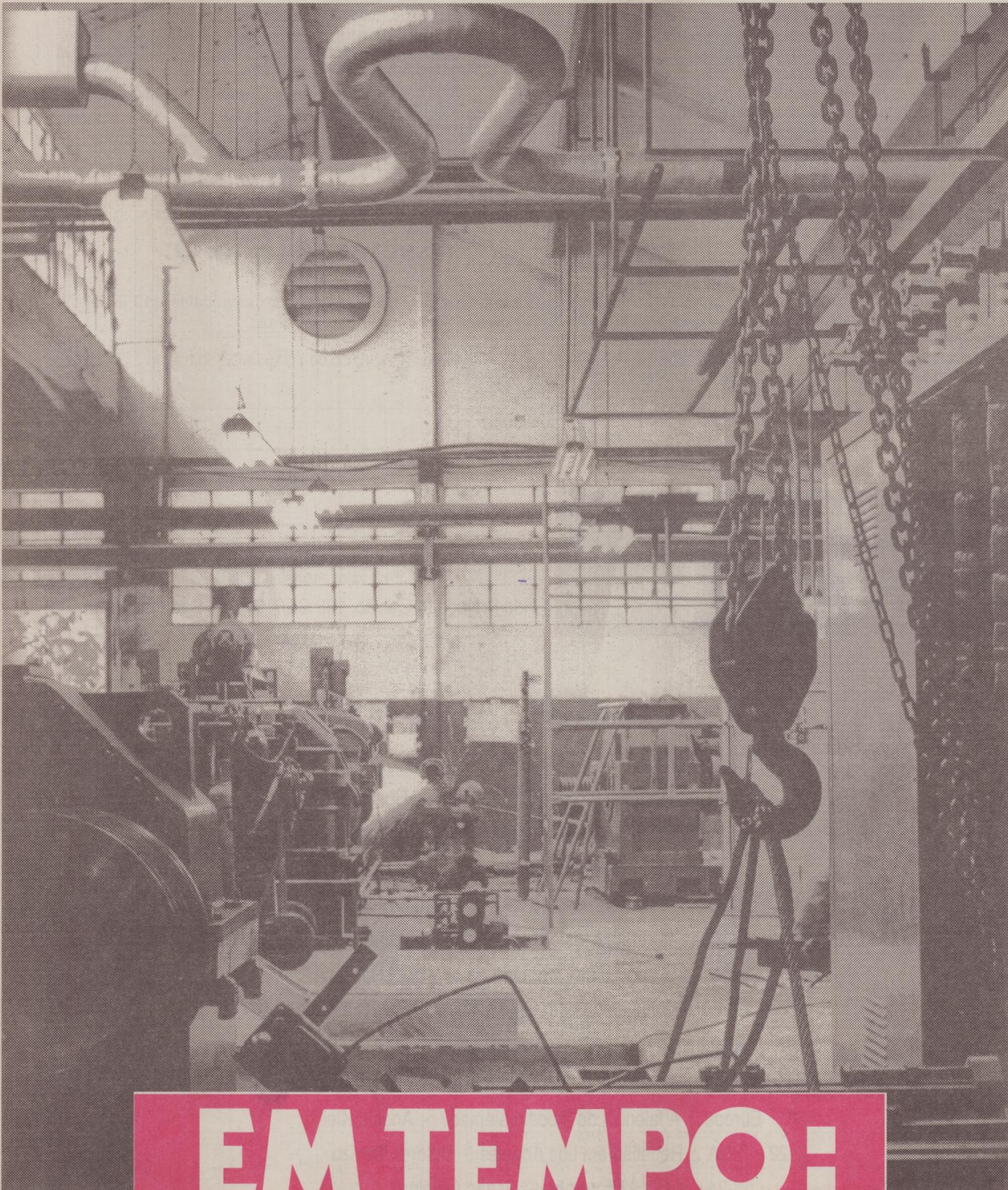


Os desafios do PT As polêmicas da CUT Propostas para as estatais

Páginas 3 a 6

Páginas 16 e 17

Páginas 12 a 14



ARNALDO PAPPALARDO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT. DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS

Nº 259 MAIO/JUNHO 1992 Cr\$ 3.000,00

EM TEMPO:

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

Neste número:

Esta edição de EM TEMPO tem como eixo as discussões que estão se travando no PT e na CUT. Partido das dificuldades que o movimento dos trabalhadores está enfrentando face a política neoliberal de Collor, os artigos de José Corrêa e Gustavo Codas procuram localizar as raízes dos impasses e da paralisia que tem marcado a vida tanto do partido como da central. A matéria sobre o PT realiza também um apanhado das diferenças que existem no interior do PT sobre a conjuntura e sua ligação com a discussão sobre estratégia. Um das consequências da crise de direção que enfrenta o partido - a preocupante exclusão da CS do PT - é discutida por Joaquim Soriano.

Diversas matérias abordam os problemas do movimento sindical, além do citado artigo sobre os problemas estratégicos da CUT. Miguel Rossetto retoma o tema do acordo do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo com as montadoras, Pedro Alcântara relata o XV congresso mundial da CIOSL e Ítalo Cardoso analisa a greve dos condutores de São Paulo.

O artigo de Eduardo Albuquerque retoma a discussão sobre o programa democrático e popular e avança propostas sobre a reorganização das empresas estatais e da previdência, envolvendo tanto o PT como a CUT.

As consequências das políticas neoliberais nos Estados Unidos e na Alemanha são examinadas por Angela Klein e Dolores Trevizo.

E Isaac Akcelrud relata o show para a mídia em que se transformou a ECO 92, completamente controlada pelos interesses do grande capital.

Encerramos desculpando-nos com nossos leitores pelo atraso de dez dias desta edição - deveríamos estar circulando no meio do mês. Tanto a decisão da executiva nacional sobre um provável adiamento do 8º Encontro Nacional do PT - que forçou uma reorientação da nossa pauta - como a mudança de nossa sede, acabaram atingindo o fechamento da edição. Mas o prazo de capa de maio/junho é uma exigência do correio, não significando prejuízos para os nossos assinantes. A próxima edição de EM TEMPO circulará em meados de junho.

MUDAMOS

NOSSO NOVO ENDEREÇO É:

RUA BRIGADEIRO GALVÃO, Nº 138. SÃO PAULO. CEP 01151.
TEL: 825.5038. ESTAÇÃO MARECHAL DEODORO DO METRO.

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Gerson Almeida, Helena Bonumá, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Editoração: Página 7 Artes Gráficas
EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão 138. São Paulo CEP 01151 Fone: 825.5038. CGC 46.093.0001-10

Sucursais:
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim. CEP 90.210 Fone 27-4642.

Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142. CEP 20.031.

Vitória: Pça. Quintino Bo-caiuva, 16 s/707. CEP 29.000 Fone 223.0921.

Jorn. Resp.: Célia Regina de Souza Reg.MTb nº 18663DRT/SP

Capa: Caco Bisol

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 30.000,00 () Apoio Cr\$ 50.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinalado para:

Rua Brigadeiro Galvão, 138 CEP 01151- São Paulo - SP

Índice :

- | | |
|----|---|
| 03 | Partido : Os impasses do PT - José Corrêa |
| 7 | Nacional : A perversão neoliberal - Juarez Guimarães |
| 8 | Partido : Perigo: Convergência Socialista fora do PT - Joaquim Soriano |
| 10 | Nacional : Os riscos da nova lei - Raul Pont |
| 11 | Sindical : XV Congresso da CIOSL - Pedro Alcântara |
| 12 | Estratégia : Reformas estruturais: estatais e previdência - Eduardo Albuquerque |
| 15 | Sindical : O acordo nas montadoras - Miguel Rossetto |
| 16 | Polêmica : Problemas da estratégia sindical - Gustavo Codas |
| 18 | Estudantil : ME: a procura de um rumo - Mário Diniz |
| 19 | Lutas : Nove dias que abalaram São Paulo - Ítalo Cardoso |
| 20 | Europa : A falência do modelo alemão? - Angela Klein |
| 22 | EUA : Rebelião em Los Angeles - Dolores Trevizo |
| 24 | ECO 92 controlada - Isaac Akcelrud |

Os impasses do PT

José Corrêa

O Brasil atravessa, após mais de dois anos sob o governo Collor e sua política neoliberal, uma profunda recessão e a mais grave crise social da história. Ela está funcionando como um movimento de concentração de renda, com a preservação dos interesses do grande capital e a marginalização de parcelas cada vez maiores da população. Os "descamisados" e o conjunto dos trabalhadores estão pagando caro pelo voto que sufragou Collor presidente em 1989: arrocho, desemprego, cortes na previdência e até uma epidemia de cólera.

A resposta dos trabalhadores e dos movimentos populares tem sido muito débil, e como resultado estamos sofrendo uma série de derrotas cumulativas no plano socio-econômico. Elas só não têm sido maiores devido à força acumulada pelos trabalhadores brasileiros e por nosso movimento ao longo da década de 80 e ao peso relativo da economia brasileira. Mas estamos ainda no meio do processo, e a manutenção da atual sequência de derrotas pode ter consequências desastrosas, inclusive no terreno político.

O desafio inadiável posto para o Partido dos Trabalhadores é armar-se para, atuando como força dirigente do movimento operário e popular, conduzir as lutas que permitam barrar a continuidade da aplicação da política neoliberal. Não conseguir cumprir esta tarefa é o centro dos graves impasses que ele vive, que acirra suas contradições internas.

Os limites do 1º Congresso

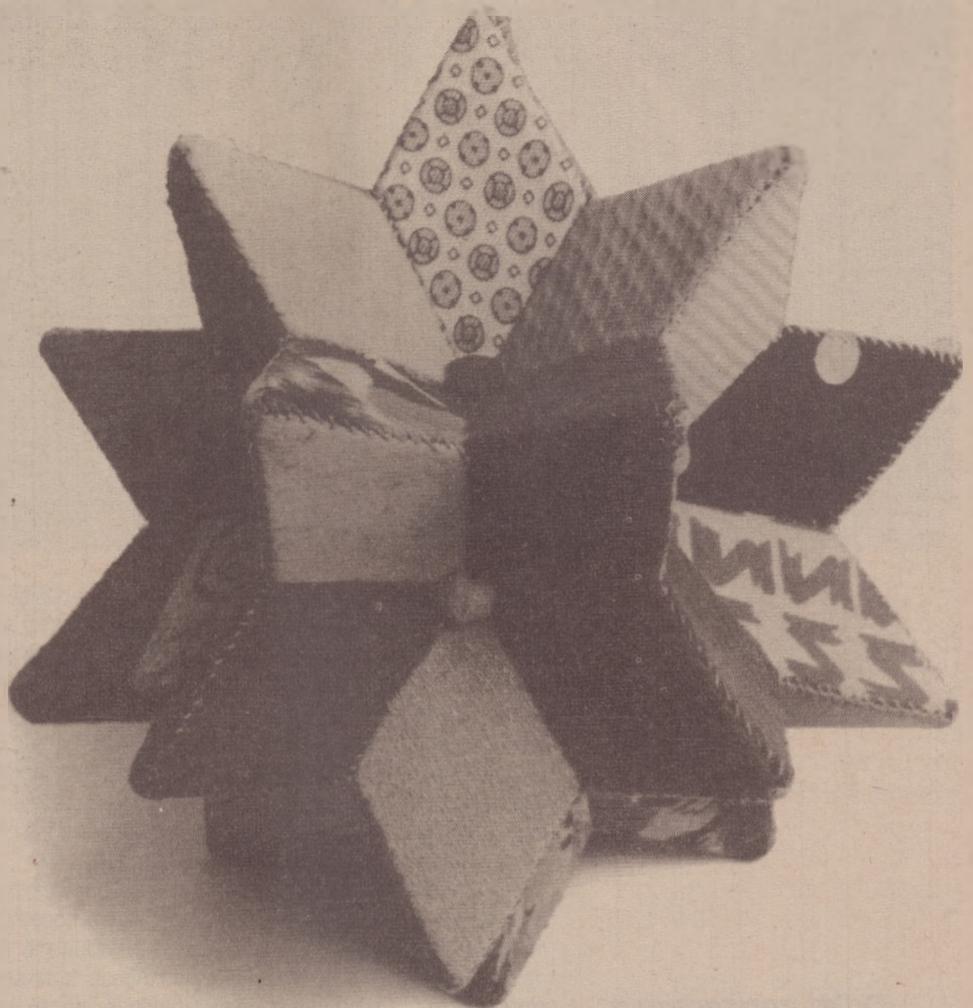
Para situarmos as dificuldades postas, temos que localizar as contradições que vêm percorrendo o PT. No 7º Encontro Nacional, em julho de 1990, e no 1º Congresso, em dezembro de 1991, o essencial das energias partidárias foi posto na discussão ideológica e programática sobre o socialismo. No congresso, em particular, foi desencadeada uma vasta ofensiva que visava destruir as referências classistas acumuladas pelo PT. A derrota do "Projeto para o Brasil" e dos setores da "Articulação" com ele identificados foi uma importante vitória para a esquerda petista.

Mas somente o fato de a discussão doutrinária sobre o socialismo ter sido o centro do congresso deve ser entendido como uma vitória da direita do partido. Este setor conseguiu estabelecer o terreno da discussão, contribuindo para desarmar o partido e o movimento frente à ofensiva liberal. A "Democracia Socialista" e outros setores propunham que a discussão central fosse a da estratégia da luta pelo socialismo no Brasil (ver EM TEMPO nº 254), mas não conseguiram determinar o debate de forma que este tema se impusesse. Da mesma forma, o congresso não enfrentou temas centrais da construção partidária - como o desenvolvimento de centros de poder autônomos ao partido nas bancadas parlamentares, nas administrações municipais, no movimento sindical - reforçando a capacidade dirigente do PT. Finalmente, o 1º Congresso não renovou a direção nacional do partido, que não mais correspondia à realidade das resoluções políticas por ele adotadas. Isso vale inclusive para o peso político dos vários componentes da direção: a tese Projeto para o Brasil, que teve 12% dos delegados no congresso, tem quase 20% do DN; a tese 10, que teve 14%, tem menos de 5% do DN; e a Articulação, que teve 46%, tem atualmente a maioria absoluta.

Assim, podemos dizer que o partido não mudou muito com o 1º Congresso. Não regrediu, como ameaçava a ofensividade da sua ala reformista, mas não avançou em muitas questões mais urgentes, como precisava para acompanhar as mudanças drásticas na luta de classes postas pela ofensiva neoliberal.

Paralisia na direção

Prevalece na direção do PT uma grande paralisia cada vez mais preocupante. Exemplos disso podem ser localizados em questões-chave. O 1º Congresso aprovou uma resolução de conjuntura que - embora não tratasse a contestação do mandato de Collor como o eixo globalizador da atuação do PT - continha um claro e detalhado plano de lutas contra o governo. Dizia a Resolução: "Como já fizemos em diversos

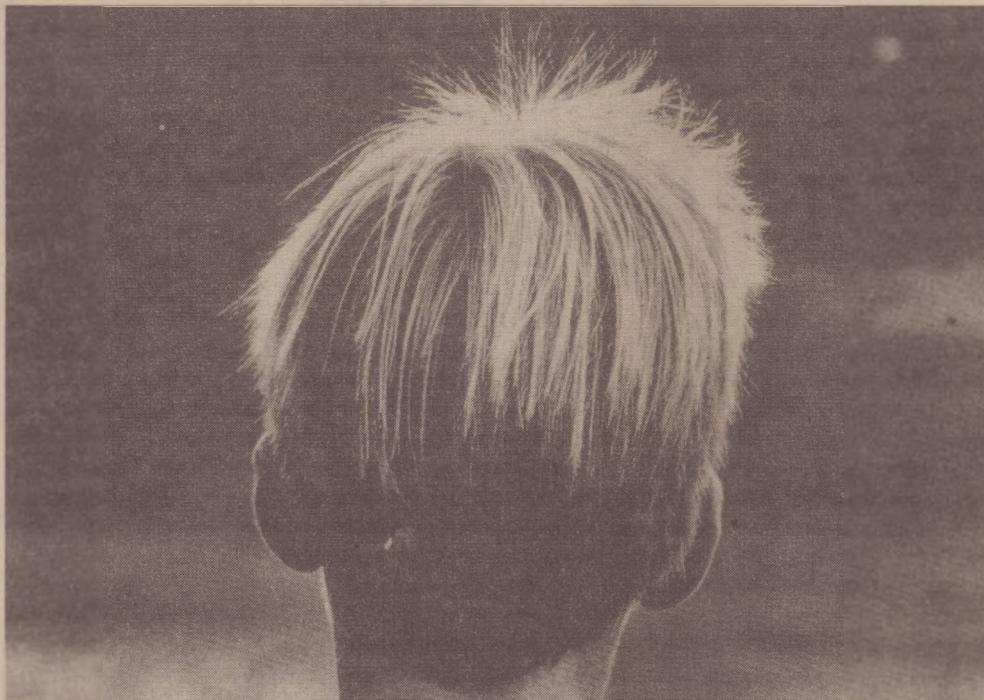


momentos...o PT pode e deve, mediante a retomada de mobilização em escala de massa, inviabilizar e derrotar as políticas predatórias de Collor...Para tanto, faremos uma campanha de emergência que ataque os efeitos mais nocivos da atual política econômica, procurando preservar empregos, defender salários, distribuir renda, combater a fome e a miséria e também a corrupção. Uma campanha urgente e inadiável, a ser desencadeada logo após o 1º Congresso, mediante um detalhado plano de ação" (pg.82). A seguir, a resolução explicitava uma plataforma de exigências imediatas e as iniciativas para pô-la em prática. Pois bem: isso tudo ficou no papel. Apesar da primeira reunião do DN depois do congresso ter reafirmado e aprofundado esta resolução, até agora nada se fez de efetivo para encaminhar essa resolução.

Outro exemplo: a forma como foi tratada a questão das alianças. O 1º Congresso reafirmou a política de alianças do 5º EN e aprovou um adendo genérico ("a necessidade de uma ampla política de alianças para enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político que sustenta a onda neoliberal no Brasil" - item 151, p. 46). O DN aprovou em sua reunião de 1º de fevereiro uma resolução que continha uma avaliação incorreta (a inclusão do PSDB no campo democrático e popular), mas chamou a atenção para as ambiguidades deste partido, e definiu condições muito precisas para as possíveis alianças com o PSDB. E não definiu a priorização desta aliança. No entanto, grande parte da ação partidária prática do momento seguinte desenvolveu-se perseguindo uma ilusória aliança privilegiada com o PSDB. A bancada federal chegou a aprovar a participação do PT junto com o PSDB e o PDT, além do PSB, PCdoB, PPS e PV em um bloco parlamentar de oposição ao governo, inclusive com uma liderança comum.

Para fundamentar estas iniciativas, dizia-se que essa orientação corresponderia à "política de alianças do 1º Congresso" - na verdade inexistente -, ou que estas alianças amplas são fundamentais para garantir a governabilidade (que só será alcançada se o governo tiver coerência interna e com sua base social e não se desfigurar). Se é correto buscarmos atrair setores dos partidos burgueses em contradição com suas orientações políticas oficiais, estes setores

O partido não mudou muita coisa com o 1º Congresso



O DN conseguiu a façanha de unificar a CS, dividida pela maior crise de sua história

A burguesia está cada vez mais unida em torno do neoliberalismo, como sua única alternativa real

não podem ser inventados pela nossa vontade. A posição do PSDB frente à mudança ministerial de Collor em abril mostrou, para quem quisesse ver, a completa inviabilidade desta orientação, tão cara a diversos setores do PT.

Outro exemplo ainda: o tratamento dado ao caso da CS. Os conflitos desta corrente com a orientação do partido são antigos, mas sempre puderam ser tratados politicamente. Agora o que o PT acumulou neste terreno corre o risco de ser jogado fora por uma decisão apressada e, nestas condições, irresponsável para com a construção do partido.

Ela tem que ser criticada do ponto de vista da democracia - se essa era a posição majoritária do DN, ela poderia ser indicada para o debate nos encontros estaduais e para deliberação no 8º Encontro Nacional. Afinal, trata-se da exclusão de uma corrente que participa do PT desde a sua fundação e que ninguém nega que tenha peso: são centenas de militantes experientes e com uma importante implantação, principalmente sindical.

Mas a decisão do DN tem que ser criticada também do ponto de vista de sua eficácia e do que ela revela de incapacidade deste organismo como a direção política que deve zelar pelos interesses estratégicos da construção do partido. A CS passa hoje pela maior crise de sua história, crise que é também de sua corrente internacional e que já resultou na divisão do MAS, na Argentina. Ela está profundamente dividida sobre a posição a adotar frente ao partido, em parte como resultado do combate político travado pelo partido contra as posições mais sectárias nela existentes. Na hora em que este processo poderia amadurecer e explicitar com mais clareza estas diferentes posições, a decisão do DN consegue a façanha de unificar o conjunto da CS em torno das posições mais sectárias presentes nesta corrente!

Uma ruptura em bloco da CS com o PT - ainda mais com o argumento da expulsão - num momento em que o partido atravessa dificuldades, terá como consequência, além da sangria de quadros, a formação de uma agremiação política que, em alguma medida, concorrerá conosco de forma nada pacífica por todo um período (ver matéria das ps. 8 e 9).

Um último exemplo: o adiamento do 8º Encontro Nacional. O problema foi, em grande medida, posto perante a executiva nacional como um fato consumado: a direção não acumulou uma elaboração que pudesse referenciar as discussões e documentos não foram preparados em tempo hábil para poderem ser minimamente discutidos na base partidária. Além disso, a indigência no tratamento das finanças, em particular no cumprimento das cotas dos estados, não permite ao partido dar conta dos custos de um encontro com mais de mil delegados, como prevê as normas provisórias aprovadas pelo DN. Daí a decisão do adiamento para março ou abril de 1993 e a situação onde uma direção eleita para um mandato de um ano poderá completar um mandato de três anos - direção já defasada da realidade do partido (ver matéria sobre o adiamento na p. 9).

De conjunto, a vida partidária encontra-se hoje marcada por grandes impasses e por uma disputa de direção mais intensa do que nunca. A consolidação de uma ala reformista

do PT está no centro de uma recomposição política que tem transformado o encaminhamento das resoluções adotadas numa árdua disputa cotidiana, estimulando a autonomia das bancadas, prefeituras e entre os petistas da direção da CUT e provocando uma crescente perda de autoridade da direção partidária frente a estes centros de poder e a paralisia crescente do partido. O resultado está sendo uma desacumulação do capital de que dispunha o partido e o movimento de massas até 1989.

Conjuntura e estratégia

Enfrentamos uma situação defensiva desde a vitória de Collor. Se ela reflete processos sociais e políticos amplos, inclusive o impacto de uma situação internacional desfavorável à esquerda, é verdade que ela é produto, também, da incapacidade do movimento dos trabalhadores de desencadear iniciativas de maior peso. Temos, então, que analisar as lógicas que vem determinando a elaboração e a intervenção prática ao longo deste período. Só assim localizaremos os pontos de estrangulamento a serem superados.

Subjacente à elaboração sobre a orientação da intervenção petista existem pontos que, abordados de forma genérica, são consensuais. Poucos negarão que, se mantido, o calendário eleitoral poderá nos dar uma nova oportunidade de travar uma disputa global e tentar conquistar o governo em 1994. O governo Collor se desgasta, o projeto neoliberal unifica cada vez mais a classe dominante, Brizola e o PSDB (para não falar do PMDB) perdem seu perfil oposicionista e o PT mantém uma presença política importante. O mesmo ocorre com vários outros elementos: a necessidade de combater o governo Collor articulando iniciativas institucionais e luta de massa, unificar o campo democrático e popular sob a liderança do PT, buscar atrair os setores que forem possíveis para este campo, etc. Mas se aprofundamos estes pontos, divergências importantes têm aparecido. E este grau de definição tem-se revelado claramente insuficiente para armar o movimento dos trabalhadores na atual conjuntura.

a. As alianças e o bloqueio parlamentar

Vários setores da direção do PT vêm perseguindo a "política de alianças do 2º turno da eleição de 1989" como o Santo Graal. Trata-se de uma ilusão perigosa. O leque de apoio à Lula no 2º turno só foi possível por circunstâncias únicas, inclusive porque se tratava do 2º turno, que forçava uma opção apenas entre dois candidatos. Desde então, as classes dominantes, naquele momento divididas, têm-se unificado cada vez mais em torno do projeto neoliberal, como a única alternativa real que se lhes apresenta. O maior empenho do partido na busca de alianças não resolve este problema básico.

Isso nada tem de surpreendente se vemos o cenário internacional. O PSDB, que sempre defendeu a modernização capitalista como centro de seu programa, vem atuando como ala esquerda do neoliberalismo - e pode perfeitamente vir amanhã a se transformar em seu principal implementador. Afinal até mesmo partidos social-democratas europeus com muito mais tradição, como o PS francês e o PSOE, seguiram este caminho. O PDT, com Brizola à frente, neutralizou-se politicamente e empreendeu uma aliança envergonhada com Collor. Vale lembrar que Menem e o peronismo argentino e Salinas e o PRI mexicano transformaram-se em expoentes do projeto neoliberal no continente.

O estabelecimento do neoliberalismo como a única grande referência de projeto econômico para as classes dominantes neutraliza, portanto, a sua capacidade de oposição efetiva ao governo Collor e o seu espaço de ação comum permanente com o PT. A relação entre os vários partidos burgueses e o governo no parlamento tem-se revelado uma mera disputa fisiológica de cargos e recursos. Collor compreendeu que pode recompor o Centrão quando quiser; manter uma base parlamentar é um problema de preço; quando o tema é importante, vale a pena pagar. A disputa parlamentar que travamos pode e deve explorar inúmeras contradições, mas sem ilusões. Nas questões fundamentais para o governo, o parlamento é hoje um terreno bloqueado ao PT.

b. O problema da correlação de forças

A forma como se compreende o deslocamento na correlação de forças é outro problema subjacente às elaborações sobre a conjuntura que deve ser clarificado. Há uma tendência a referenciar a avaliação da relação de forças fundamen-

talmente pelo desempenho eleitoral. Se esse é um indicador que não pode ser ignorado, superestimar sua importância conduz a uma visão incorreta da situação. A correlação de forças sócio-política entre as classes expressa-se em várias esferas. O movimento dos trabalhadores brasileiros tem um potencial de ação política real muito superior à sua representação no Congresso Nacional. Alguns de seus elementos mais importantes como a capacidade de ação da CUT ou a adesão a uma alternativa ao neoliberalismo por parte de importantes movimentos sociais, não são quantificáveis mas podem ser tão ou mais importantes que a ação dos nossos deputados para produzir alterações na correlação de forças.

Isso pode parecer consensual, mas tem consequências práticas nada consensuais. Se o deslocamento da relação de forças é desigual nos vários terrenos de confrontação, podem existir situações, como a que vivemos hoje, em que as possibilidades de avanços na esfera parlamentar estejam, no essencial, bloqueadas, mas em outros terrenos tenhamos espaço para avançar. A tática do partido tem, nesta situação, que dizer claramente: nós vamos, no próximo período, concentrar o fundamental das energias do partido (inclusive a ação dos nossos parlamentares) na mobilização social e na luta política de massa. Se obtivermos êxitos nestes terrenos isso poderá, no futuro, abrir novamente espaços importantes na esfera parlamentar. Esta orientação vale, também, para o governo paralelo e para o conjunto das direções partidárias.

c. Neoliberalismo e alternativa democrática e popular

As resoluções do partido denunciam a barbárie neoliberal e contrapõem a ela um projeto democrático e popular. A resolução do 1º Congresso apresenta este projeto alternativo como "centrado na ampliação do mercado interno, na democratização da renda, da terra e da comunicação, na retomada do crescimento e na defesa e ampliação das conquistas democráticas" (item 158). Como, porém, enfrentar as diversas iniciativas da ofensiva neoliberal?

O projeto democrático e popular é fundado em bases radicalmente diferentes da barbárie capitalista (tendo como horizonte a reorganização socialista do Brasil) ou é uma forma de modernização diferente da neoliberal? Isso não é um problema de palavras; por detrás do termo modernização encontramos muitos conteúdos diferentes, inclusive o de disputar parcelas da reestruturação neoliberal, por dentro deste projeto, restringindo-se a reorientá-las, limitá-las. É o que fazem as oposições burguesas.

Isso tende a ocorrer toda vez que separamos as iniciativas pontuais que apresentamos do projeto global alternativo. Nosso objetivo não é modernizar o país de forma diferente do neoliberalismo, é construir o socialismo. Temos que formular e encaminhar propostas concretas, setoriais ou parciais - por exemplo, sobre a previdência, estatais, reorganização industrial, sistema financeiro, integração de mercados, etc - para disputar e barrar as propostas neoliberais. Mas, na situação atual, uma alternativa efetiva só pode ser construída, articulando estas iniciativas ao conjunto do projeto democrático e popular. Queremos estruturar uma nova civilização, em bases radicalmente diferentes das atuais.

d. A situação da CUT

Esta discussão tem grande incidência sobre o debate que é hoje travado na CUT. O movimento sindical tem enfrentado grandes dificuldades. Há, de um lado, um processo de acomodação à estrutura sindical, burocratização, descolamento das direções de suas bases e uma perda de perspectiva crítica frente a estes processos. Há, de outro, uma grande desorientação face a uma situação que corresponde a uma mudança drástica do padrão da luta (ver matéria das ps. 16 e 17).

A compreensão que tem a direção da CUT sobre a estratégia é crucial. Em muitas ocasiões emergiram posições céticas sobre a possibilidade de construir-se uma alternativa concreta ao neoliberalismo, argumentando que o movimento sindical não foi bem sucedido neste enfrentamento em nenhum país do mundo. Mais recentemente, face ao acúmulo de propostas de alternativas parciais, surgiram proposições que vislumbram a constituição do nosso projeto como o desdobramento empírico destas propostas, como se sua somatória pudesse, por si só, contruir esta alternativa. O resultado é que iniciativas importantes puderam ser esvaziadas de boa parte de seu potencial contestador e até integradas pelo sistema. O debate sobre o acordo do sindicato de



SBC com as montadoras é parte desta polêmica (ver matéria das ps.16 e 17), mas ele se desdobra também em vários outros temas como as estatais e privatizações, previdência, etc (ver matéria das ps.12 a 14).

A discussão no seio da CUT carrega, porém, um problema de origem, sua relação com o debate no PT. Não há a aceitação, pelo conjunto dos petistas da direção da CUT, da idéia de um partido que formula a política geral, marco no qual procuramos que se movam as iniciativas das organizações de massas que dirigimos. Assistimos não apenas a tensões inevitáveis entre instituições autônomas, mas a diferenças políticas importantes (como foi o caso da participação da CUT, em 1990, nas negociações com o governo Collor, contra a posição do PT). E jamais poderemos contruir um movimento democrático e popular no Brasil como movimento político de massa, se não tivermos uma ação política integrada entre o PT e a CUT.

e. As prefeituras petistas

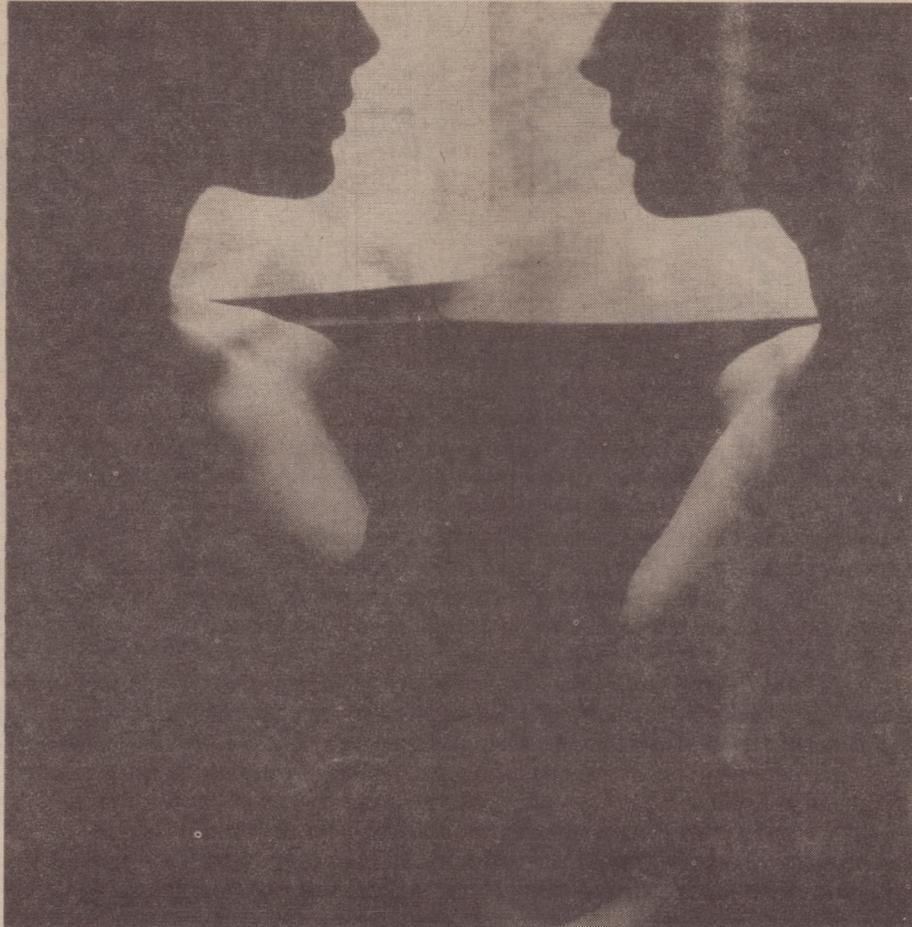
As prefeituras que governamos são fundamentais. Elas têm tido um papel-chave na inserção política do PT na sociedade brasileira, dando-lhe uma estabilidade decisiva. A prefeitura de São Paulo, em particular, é o instrumento potencialmente mais importante de ação de que dispomos hoje, uma espécie de vitrine de nossa política. No entanto, de conjunto, nossas prefeituras tendem a restringir sua atuação à ação administrativa -melhor ou pior -, mas que pouco acumula para a organização e consciência da população trabalhadora. O tecnicismo, o legalismo, a adaptação à máquina e tendências corporativas são a norma. Invertemos as prioridades e demos passos na "moralização" da máquina, mas poucas mudanças estruturais foram feitas naquilo que é mais duradouro: a democratização radical da gestão, reformas administrativas, a participação popular nas decisões importantes.

A relação do partido com as administrações é o exemplo maior da deterioração da capacidade dirigente do PT. Isto tem conduzido a conflitos sistemáticos entre DMs e administrações, que só têm se extinto quando os diretórios são neutralizados pelas administrações. Os prefeitos petistas muitas vezes vêem a si mesmos como exercendo um mandato imperial, do qual apenas prestam contas perante o povo. Ocorrem inclusive episódios de chantagens, onde os prefeitos ameaçam deixar o partido se suas posições não prevalecerem.

Neste quadro, as discussões que travamos em 1989 e 1990 sobre nossas administrações serem alavancas na luta contra os governos estaduais e federal foram desaparecendo do debate, numa aceitação tácita não só dos limites (que existem) à ação política das prefeituras, mas também de uma perigosa "despolitização" de nossas administrações. O partido não está mais tratando-as como parte articulada e articulável de nossa intervenção. Isso constitui uma dilapidação enorme das energias e recursos políticos que poderíamos mobilizar na implementação de nossas orientações.

Nossa proposta não é uma forma de modernização diferente da neoliberal

Está existindo uma perigosa despolitização das prefeituras petistas



Não existe luta contra o neoliberalismo sem que atuemos sobre a crise de governo já instalada

f. O mandato de Collor

Polêmicas vem se acumulando desde o 1º Congresso sobre a palavra de ordem "Fora Collor". A discussão real - em torno da qual parecem existir divergências importantes - é sobre como globalizamos nossa ação política e incidimos sobre a crise de governo. Temos sustentado que o questionamento de legitimidade do governo Collor é uma necessidade incontornável. Palavras de ordem como "Basta Collor", "Chega de Collor", "Com Collor não há saída" ou "Fora Collor" expressam esta centralidade da luta contra o governo, contribuindo para que atuemos sobre a grave crise de governo já instalada.

Várias formas vem sido discutidas pelo partido para dar um encaminhamento institucional ao questionamento do mandato de Collor: impeachment, emendas de iniciativa popular sobre a redução do mandato ou novas eleições gerais. Cada encontro do partido encontra novas formas. O estadual de Minas, por exemplo, afirma que "o PT pode discutir... a proposição de uma emenda popular... que defina o acréscimo de duas novas perguntas no plebiscito já marcado: o parlamentarismo - se aprovado - começa a valer imediatamente?; 2) deverão ser realizadas eleições gerais, também imediatamente?"

Alguns setores do partido vêm levantando, entretanto, cada vez que esta discussão é realizada, o argumento de que o questionamento do mandato de Collor é golpismo, que ele solapa a legalidade em benefício da direita ou que cria um precedente que pode ser por ela utilizado contra um futuro governo do PT. Não há como realizar uma elaboração política conjunta no partido com essa posição, já que ela questiona as próprias bases que presidem a vida do PT. Aí, o sustentáculo dos avanços democráticos no país e de um eventual futuro

EM TEMPO:

No fechamento desta edição, em 25/5/92, a executiva nacional aprovou uma avaliação da situação nacional e uma campanha que, se implementada, pode reverter a atual paralisia do partido: a defesa de uma mobilização (com comícios em pelo menos cinco grandes capitais) pela constituição de uma CPI que examine a fundo as denúncias de corrupção, fraude eleitoral, tráfico de influência, etc, contra o presidente da República. Nesta campanha, devemos deixar claro a posição de que Collor não tem mais condições de governar, que deve renunciar ou ter seu impedimento votado (caso se comprovem as denúncias que estamos convencidos de que são verdadeiras). O PT procurará encaminhar esta campanha em aliança com outros partidos, ao nível do Congresso Nacional e nas ruas.

governo democrático e popular não é o respaldo do movimento organizado e a correlação de forças estabelecida na luta, mas o respeito à legalidade, que ganha autonomia. Estas ilusões reformistas foram responsáveis, em outras ocasiões, pela queda do governo Allende e o massacre do movimento de massas chileno ou pela paralisia da esquerda brasileira em 1964 e devem ser duramente combatidas pelo nosso partido."

g. A eleição de 1994

Há dois tipos de polêmicas envolvidas neste tema. Uma é sobre a centralidade de 1994, uma discussão derivada daquela sobre a correlação de forças. Efetivamente, a possibilidade (e não a garantia) de uma polarização política maior está posta para 1994, caso o calendário eleitoral seja cumprido. Daí, alguns retiram como consequência que toda nossa ação deve conscientemente acumular para isso na disputa eleitoral e parlamentar. O que enfatizado é que 1994 é o próximo confronto previsível. Mas há sempre a possibilidade de lutas sociais e políticas permitirem rápidos deslocamentos na correlação de forças. Isso não pode ser descartado. E mais devemos tensionar os limites da institucionalidade estabelecida e trabalhar conscientemente para estes deslocamentos, ainda que isso não seja o mais provável.

Outra polêmica diz respeito a como acumularmos para 1994. No quadro de crise nacional, não podemos nem mesmo descartar (embora isso não seja o mais provável) uma vitória que seja o resultado de um rápido deslocamento eleitoral, que reflita um volúvel movimento de protesto. Mas se isso não for acompanhado de um crescimento de qualidade na consciência e organização de amplos setores, na construção de um forte movimento político de massas com sólidas raízes sociais, poderemos tornarmo-nos reféns da institucionalidade estabelecida. Uma vitória eleitoral não garante, por si só, no nosso caso, a correlação de forças para a implementação do programa. A trama institucional - que se transformará em uma camisa de força para a implantação da nossa alternativa - só poderá ser rompida com a participação ativa do povo organizado. A construção desse movimento democrático e popular na luta massas deve ser, desde hoje, o norte do partido. Para aqueles que tem defendido que o centro da ação do PT deve ser a aliança com partidos burgueses, esta orientação é bastante polêmica.

A esquerda petista

A maioria estabelecida no 1º Congresso era bastante heterogênea, abarcando todo um amplo leque de posições. As resoluções do congresso são reivindicadas inclusive pelos grandes derrotados daquele momento, o "Projeto para o Brasil". Temos, pois, pela frente um processo de aprofundamento das definições políticas e de clarificação das posições, uma batalha de propostas, formulações e práticas que possibilite ao conjunto da militância partidária posicionar-se por uma política coerente de esquerda. O sentimento dominante no partido é, sem dúvida, aquele que quer um esforço de mobilização e lançamento de uma alternativa própria, democrática e popular, pelo fim do governo Collor. A construção de uma alternativa consistente ao neoliberalismo é inseparável disso.

Além da discussão sobre conjuntura e estratégia, o partido está acumulando também indefinições em diversas áreas: as prefeituras, a política sindical, a organização partidária. É como se tivéssemos parados, nostálgicos, em 1989.

A crise político-organizativa que atravessa o PT reflete esta realidade e se manifesta também na crise que atravessam muitas correntes do partido. Há um vazio de definições e de direção que é preenchido pela inércia e pelo pragmatismo.

A ala reformista do partido que, sob o impacto do colapso do Leste europeu, passou a ofensiva no PT, tem se baseado em grande medida nesta inércia do processo político institucional, no respeito à ordem e na dinâmica estabelecida a partir dos centros autônomos de poder (bancadas, prefeituras, ação dos setores mais burocratizados do movimento sindical cutista) para defender e por em prática, sempre que pode, suas posições. A manutenção da indefinição política só beneficia a ela.

Cabe a esquerda petista politizar a vida partidária, formular respostas positivas a todos estes desafios, reorientando a intervenção prática do PT, e lutando por coesionar a maioria do partido em torno destas diretrizes. □

A perversão neoliberal

Juarez Guimarães

Já pelo menos duas vezes no período recente, o ex-ministro símbolo da ditadura militar, Delfim Neto, veio a público lamentar os efeitos sociais excessivamente penosos que resultam da política econômica neoliberal em curso. Hipocrisia à parte - o deputado federal do PDS cerrou fileiras no Congresso em torno ao salário mínimo de 230 mil cruzeiros - o auto-denominado ideólogo da "economia social de mercado" toca em um ponto sensível: através da comparação de alguns indicadores é possível demonstrar que o ajuste imposto pelo governo Collor bate recordes seguidos em perversão.

Se tomarmos, por exemplo, o valor do salário mínimo, veremos que a proposta recém-aprovada pelo Congresso Nacional - 230 mil cruzeiros em maio com reajustes quadrimestrais - manterá o mínimo em seu patamar histórico mais baixo desde que foi criado em 1940. As médias anuais do valor real do salário mínimo para 1990 e 1991 equivalem à cerca da metade do valor em 1973 (ano final do governo Médici) ou em 1977 (ano final do governo Geisel).

A lei salarial em vigor, que prevê reajustes quadrimestrais e recomposição integral automática apenas para as faixas salariais até três salários mínimos em um contexto de inflação de 20% ao mês é, na verdade, mais arrochante do que o famoso decreto-lei 2045 que foi recusado pelo Congresso durante o governo Figueiredo.

E, se hoje existe mais liberdade de organização sindical do que naquele período, o que em tese permitiria às categorias mais mobilizadas correrem atrás do prejuízo, os efeitos da recessão funcionam como um poderoso fator de contenção da capacidade de reação dos trabalhadores.

A fundação Seade e o Dieese, que realizam uma pesquisa mensal de emprego e desemprego na grande São Paulo, captaram para março um dos níveis mais baixos nos rendimentos médios reais dos ocupados e dos assalariados desde que a pesquisa teve início em 1985. A massa de rendimentos dos ocupados é hoje 65,8% do que era em média no ano de 1985; a massa de rendimentos dos assalariados representa 64,9% da média vigente em 1985.

A política de controle inflacionário de Collor bombardeia a demanda, mas libera as amarras dos preços. Alguns dias depois da votação do mínimo, anunciou-se a liberação plena do controle sobre os preços da cesta básica. Recentemente, o Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro enviou documento ao governo pedindo a revisão da decisão de liberar os preços de 230 remédios ainda sob controle. Uma pesquisa feita pela entidade mostra que no último ano os remédios sem controle tiveram um aumento médio de 1.514%, superior em 113% à inflação. Os remédios que tiveram seus preços liberados são de uso contínuo, ou seja, servem para tratamento de Aids, câncer, diabetes e outras doenças.

Subconsumo e desemprego

Mais dramático ainda é o crescimento alarmante do desemprego em um país em que não existe praticamente nenhuma cobertura social aos que não acham trabalho. O desemprego em massa no país do subconsumo, no qual não são atendidas as faixas mínimas de bens e serviços para dezenas de milhões, é a evidência maior da irracionalidade da economia de mercado, tão glorificado pelos neoliberais.

A mesma pesquisa do Seade para o mês de março captou a existência de 1.087.000 sem emprego apenas na região da Grande São Paulo. Um recorde desde que a pesquisa começou a ser feita: a taxa de desemprego chegou a 14,6%. Apenas no mês de março, foram eliminados na Grande São Paulo 142 mil postos de trabalho: 64 mil na indústria, 36 mil no comércio, 32 mil nos serviços e 9 mil no ramo do emprego doméstico. O Seade registrou um grande saldo do último trimestre no que se tem chamado de "desemprego oculto pelo desalento".

Por sua vez, a Pesquisa Nacional de Emprego (PNE), realizada pelo IBGE e recém divulgada, mostra a queda na população economicamente ativa no ano passado. Isto é: nem o mercado informal está conseguindo absorver o número cada vez maior dos que procuram emprego regular e não



Elizabethsky

acham.

Qual civilização?

Na recente super-reunião de ministros, o todo poderoso Marcílio avalia que seriam necessários mais dois anos de política recessiva para começar a colher os frutos da modernização.

Não deixa de impressionar neste sentido, apesar da catástrofe social em que mergulha o país, a barragem de apoio que o principal ministro de Collor vem recebendo de todos os grandes meios de comunicação, da revista Veja, que deu uma capa em defesa do ministro, ao jornal Folha de São Paulo, que no dia 17 de maio estampou longo edital de apoio a Marcílio.

Mais do que em fatos ou argumentos, o apoio generalizado ao ministro apoia-se na ideologia, na visão de mundo do neoliberalismo. Por essa visão, a criação das pré-condições para a modernização prevê a passagem por um longo período de "sangue, suor e lágrimas".

Não é simplesmente a lógica mercantil em ação. É mais do que isso: como falar de mercado quando quase a metade da força de trabalho não é reconhecida nem mesmo como mercadoria? É a pura lógica do capital, destravada das frágeis contenções institucionais que a política econômica neoliberal vai desarmando passo a passo em sua sede de transformar tudo em privado.

Em nome do liberalismo, o governador Fleury privatiza presídios em São Paulo. Em nome da austeridade, deixa-se de pagar o mínimo devido aos aposentados. Em nome da modernidade, paga-se um salário mínimo menor do que aquele paga para um trabalhador de cidade do interior do Nordeste há meio século atrás.

A única forma de derrotar o neoliberalismo é opor a ele uma outra lógica, uma visão de mundo, um outro conceito de civilização. Contra as convicções ilustradas e morbidamente elitistas de um Marcílio, formado na cultura dos salões, precisamos desta fábrica de humanismo que o poeta desenhava nos últimos versos de Morte e vida Severina. □

"E não há melhor resposta que o espetáculo da vida vê-la desfiar seu fio, que também se chama vida, ver a fábrica que ela mesma, teimosamente, se fabrica, vê-la brotar como há pouco em nova vida explodida; mesmo quando é pequena a explosão, como a ocorrida; mesmo quando é uma explosão como a de há pouco, franzina; mesmo quando é explosão de uma vida severina."

João Cabral de Melo Neto

Perigo: Convergência Socialista fora do PT



Jerry Velsmann

Joaquim Soriano

O Diretório Nacional do PT, em sua reunião dos dias 8 e 9 de maio de 1992, decidiu por maioria, suspender o direito de tendência interna à Convergência Socialista. Foi dado um prazo de quinze dias para que esta decisão fosse encaminhada.

Faz parte ainda dessa deliberação:

"a) Desligamento dos membros da organização Convergência Socialista das instâncias de direção e das bancadas parlamentares do PT no Legislativo.

"b) Encaminhar a discussão com os filiados identificados com a organização Convergência Socialista sobre sua opção pelo PT ou pela CS."

O DN decidiu ainda manter "a legenda para os candidatos da CS que foram escolhidos nos Encontros Municipais do PT para disputar as eleições municipais de 92, em função da Convergência Socialista não ter tempo hábil para construir legalmente o seu partido"

Nunca o DN do PT tomou posição tão dura com relação a questões relacionadas ao debate de tendências. Uma posição dura e errada, pois seu resultado provável, será a exclusão dos companheiros da CS do PT.

Defendemos no DN uma outra proposta que, aliás, em seus termos mais gerais foi aprovada no Encontro Municipal de São Paulo e no Estadual de Minas. No DN esta proposta teve o apoio dos companheiros Rui Falcão (eleito no Encontro Municipal de São Paulo presidente do Conselho Deliberativo), Luís Eduardo Greenhalg e Jorge Almeida.

É interessante lembrar que no Encontro de São Paulo a posição de desligamento dos membros da CS do PT, neste

momento já uma posição da maioria da Executiva Nacional, não foi nem mesmo colocada em discussão.

A razão da apresentação da proposta ao DN foi o fato de que não apenas a CS tem dito, desde o 1º Congresso, que não acataria as suas resoluções, como também tem levado esta posição à prática em diversas oportunidades, provocando conflitos com o partido. Além disso, na reunião do DN, os representantes da CS não demonstraram interesse prático em resolver a questão, e enfatizaram que para eles a prioridade era a "unidade da Convergência" (deixando entendido que um esforço para ficar no PT dividiria a CS).

Um grave erro

Mas nosso critério básico para decidir um encaminhamento não deve ser o que diz a CS apenas, mas sobretudo o interesse geral do PT. A posição mais correta teria sido tratar os conflitos que têm acontecido de acordo com o regimento interno em vigor (ou seja, encaminhar os casos para as comissões de ética, para - o que, evidentemente, deve ser feito para todos, e não apenas para militantes da CS - julgamento e definição das sanções cabíveis) e fazer uma discussão com mais tempo da situação de conjunto da CS.

Este encaminhamento alternativo é melhor pelas seguintes razões:

- Embora de fato não seja uma tarefa fácil, ainda vale a pena fazer um esforço para convencer os companheiros da Convergência Socialista da importância de permanecerem no PT e da plena viabilidade de defenderem suas idéias no marco das regulamentações do partido.

- Deve ser considerada também a atual divisão interna da CS. A CS passa pela mais grave crise de sua história, que reflete também um debate internacional que já provocou a cisão em dois partidos diferentes do MAS na Argentina e a divisão da LIT, a corrente internacional com a qual a CS se identifica. A divisão foi inclusive reconhecida pelos representantes da direção da CS que se reuniram com uma comissão da executiva nacional, que disseram que não têm hoje condições de centralizar sua intervenção, que muitas coisas que são realizadas por membros da tendência não correspondem a uma orientação geral.

- A exclusão da CS da forma como foi aprovada representa um enorme desgaste para o PT. Não poderia ocorrer o que imaginam alguns companheiros favoráveis à saída da CS, isto é, "um desquite amigável". A CS seria levada a justificar sua saída e a disputar espaço nas franjas do PT com uma postura mais sectária. É claro que o prejuízo para a CS seria muito maior: se esterilizaria e se fragmentaria.

- Finalmente, o último argumento: a CS tem um número considerável de valorosos militantes, uma base social significativa. Sua saída seria uma perda para o PT; sua transformação em seita seria uma perda de energia militante preciosa, quando precisamos é de mais gente na luta.

A proposta Sokol

Nesta mesma oportunidade, Marcos Sokol apresentou uma outra proposta intitulada "Resolução sobre a Disciplina no Partido", que constata "manifestações de 'tendências centrífugas' no PT, tanto a nível das bancadas parlamentares e prefeitos quanto no movimento sindical e popular" e diz que "são produto da orientação global adotada no DN do PT".

Afirma que "a adoção de medidas disciplinares... só vai agravar a confusão e multiplicar os conflitos, agredindo a democracia e ameaçando a independência do PT".

Essa proposta diz que "a verdadeira consequência das representações contra a CS, emanadas da Executiva Nacional e apresentadas agora ao DN, revela-se plenamente quando elas não apresentam quaisquer medidas contra aqueles parlamentares ou dirigentes que se pronunciam publicamente pela grande imprensa repetidamente em contradição com certas decisões partidárias, quando não atacam abertamente estas decisões. Não por acaso, essa grande imprensa hoje uiva na expectativa das medidas disciplinares que se

A CS tem muitos militantes valorosos. Sua saída seria uma perda para o PT.

anunciam".

E finaliza assim: "O caminho mais consistente para reforçar a coesão partidária, colocando os eventuais problemas disciplinares no modesto lugar que tais problemas devem ter num partido socialista de massas como o nosso, hoje é o de aprofundar o debate político de modo a gerar uma síntese superior na orientação capaz de tirar o partido da crise atual. Essa é a medida concreta necessária, cor-responsável a um diagnóstico sensato da crise atual do PT."

Diferentes concepções

A votação sobre o problema da CS expressou diferentes concepções de construção partidária.

A proposta de Sokol (da tendência O Trabalho) foi apoiada pelos companheiros da Tendência Marxista e da Convergência Socialista. Trata-se da reprodução da mesma aliança que, no 1º Congresso se, absteve na decisiva votação sobre o direito de tendência no PT. Aí confrontava-se uma posição regressiva frente ao que o partido tinha acumulado no 5º e 7º Encontros Nacionais e uma posição, finalmente aprovada, que visava dar continuidade à tradição democrática das relações internas no PT e garantir uma regulamentação que avançava também na unidade e disciplina partidárias. A posição agora apresentada pelos companheiros reproduz o mesmo erro: desconfia o tema que está, de fato em disputa.

Agrava-se no PT a autonomização de diferentes esferas de poder, sejam as bancadas parlamentares, os prefeitos e prefeitadas ou o setor sindical. Que dirigentes partidários ou outros representantes públicos do partido têm tomado posições, através de diferentes meios de comunicação, francamente contrárias às deliberações coletivas e muitas vezes comprometendo seriamente a imagem do PT é inquestionável. Que essas manifestações têm mais ressonância na sociedade que no partido, é o que se observa. Que as atitudes da Convergência têm mais repercussão nas instâncias dirigentes do PT que na base e muito menos nos meios de comunicação de massa só não é totalmente verdade porque com a decisão da última reunião do DN, a CS foi parar nas páginas de algumas revistas.

A decisão tomada sobre a CS cria uma polêmica no interior do PT, gastando uma preciosa energia militante, que poderia muito bem ser utilizada para tentarmos superar o imobilismo que tem caracterizado a intervenção do PT na atual conjuntura política; para investirmos efetivamente na elaboração de um programa democrático e popular, alternativo ao neoliberalismo e de corte anticapitalista e para avançarmos na construção de nosso partido.

Essa decisão sobre a CS coloca no centro um problema secundário. Nesse sentido pode ocultar momentaneamente os profundos problemas que o PT atravessa.

Mas é preciso tratar dos conflitos que a Convergência tem com o partido, com a devida importância e singularidade. Não se assemelha ao caso de "personalidades" do PT indisciplinadas. Trata-se de uma corrente de militantes, que procuram agir de acordo com idéias e projetos políticos.

Partido

Como já dissemos, a posição da maioria é errada. Precisa ser revertida, mas também é necessário que a Convergência Socialista queira permanecer no PT.

A Convergência viveu a experiência de construção do PT e se reivindica disso. Portanto tem que responder a uma pergunta muito objetiva: Vale a pena estar no PT, disputar posições dentro do PT? Ou prefere sair do PT e construir um outro partido?

Do nosso ponto de vista as diferenças que a Convergência apresenta no nº 329 do Convergência Socialista, datado de 1º de maio, com relação à direção do PT, são absolutamente insuficientes. Estas diferenças, aliás, são apresentadas como os motivos pelos quais a Articulação quer expulsar a CS do PT: o "Fora Collor" já; a política de alianças; o que eles chamam de pacto com os patrões e o socialismo. Sem contar que escrevem como posição da direção do PT, o que não é. Nos quatro pontos mencionados, citam declarações de dirigentes do PT e da CUT e não por exemplo, o que foi aprovado pelo 1º Congresso.

Reverter posição da maioria do DN

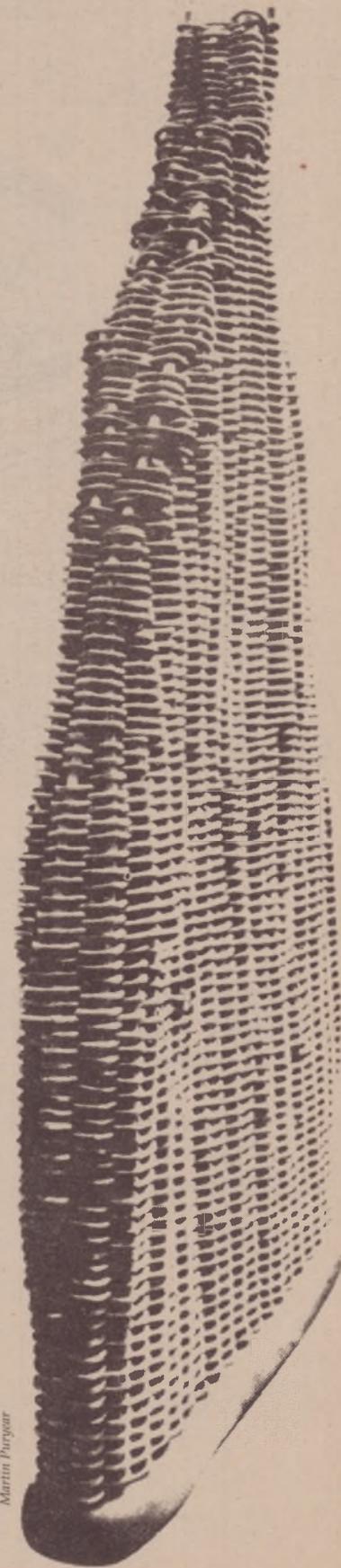
A posição da maioria do DN é errada porque a direção tem internamente ao PT amplas condições de levar uma luta política com a Convergência Socialista. Para isso é necessário que a CS esteja no PT. Não se pode admitir processos disciplinares sumários para o tratamento de divergências políticas que não são exteriores mas, de fato, internas ao partido. No passado recente, logo após o 7º Encontro Nacional (1990), para a CS ser reconhecida como tendência interna foi realizado com ela um debate duro, mas ao final positivo. O que não vale são argumentos sectários de que a CS já teve a sua chance! Não valem porque a direção do partido deve, necessariamente, ter uma visão mais abrangente, mais generosa e mais construtiva para manter todos os petistas num campo de debate e de ação comuns.

A posição da maioria é errada porque apressada e sectária. Só se compara às posições sectárias existentes dentro da CS. Aquelas que preferem sair do PT. A direção do partido deve tentar convencer todos os petistas a permanecerem no PT. A melhor forma de convencer é através do debate, que não pode ser prejudicado pela pressa, pelo ultimato. Num situação muito defensiva (ver-se ameaçada de expulsão) é provável que manifestações sectárias prevaleçam.

A posição é errada porque além do já dito é inoportuna. É tomada no meio de um processo de realização de Encontros, que terminaria pela realização do Encontro Nacional (ver box). Uma direção que tem força e legitimidade trava a luta política para tentar ganhar a CS para o PT.

É através dessa luta política que a direção do PT poderia ganhar militantes valiosos para a efetiva construção do partido. Um partido democrático, plural, com direito de tendência, de divergência e até de brigas. Mas um partido que se constitua como um campo de debate e um campo de ação comuns, com regras democraticamente estabelecidas e aceitas por todos. □

A direção do partido deve ter a visão mais abrangente, generosa e construtiva.



Martin Puryear

Provável adiamento do 8º EN

João Machado

Em sua reunião de 18/05 a Comissão Executiva Nacional deliberou a proposta de adiamento do próximo Encontro Nacional previsto para junho para março ou abril de 1993.

Trata-se de uma decisão extremamente grave. A atual direção nacional, eleita em 1990, inicialmente para um mandato de um ano, já teve o seu mandato prorrogado até agora por duas vezes. A última foi com a decisão de não renovar a direção no 1º Congresso.

Além desta questão formal de grande importância do ponto de vista da democracia, a atual direção nacional tem demonstrado enorme dificuldade de funcionamento. Está profundamente dividida, e na verdade não representa as posições majoritárias no 1º Congresso. No mínimo, somos obrigados a dizer que a PT vive uma crise profunda de direção. O adiamento prorroga esta situação, e ainda adia a aplicação de uma decisão fundamental do 1º Congresso, a da cota mínima de 30% de mulheres na direção nacional.

Por outro lado, as razões em favor do adiamento são também fortes. A que foi mais tomada em conta foi a situação financeira. A maioria dos estados está em atraso com suas contribuições para a Tesouraria Nacional (o que é uma

condição de poder participar do Encontro) e muitos informam que não terão como saldar estas dívidas. Muitos ainda não normalizaram suas finanças depois do 1º Congresso. Além disso, em geral informam que não teriam como pagar a taxa por delegado de aproximadamente 220 dólares, referente ao rateio das passagens e hospedagens.

Mas talvez ainda mais sério seja o problema de que o Encontro está já irremediavelmente prejudicado do ponto de vista político. Foi aprovado no 1º Congresso para discutir fundamentalmente o Projeto Alternativo para o Brasil e o Projeto de Novo Estatuto. O primeiro tema foi retirado de pauta há tempos, e o segundo inviabilizado: já ocorreram os Encontros municipais e alguns estaduais, e o Anteprojeto de Estatuto ainda não está pronto.

Se o Encontro se realizar agora discutirá apenas conjuntura e nova direção, a partir de delegados que em grande parte só representam um discussão na base de candidaturas a prefeito e tática municipal.

A opção entre adiar e não adiar é de fato uma escolha entre o que é menos pior. Evidentemente, a responsabilidade fundamental por termos chegado a esta situação cabe às direções do PT, especialmente à direção nacional.

Os riscos da nova lei



C.A.S. Williams

Raul Pont

A Constituição de 1988 estabeleceu uma ruptura com os limites da lei orgânica dos partidos vinda do regime militar. Diz o art. 17: "é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos". No parágrafo primeiro, também se inova, assegurando "aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias".

O art. 17 estabelece, também, o registro junto ao TSE e garante o direito aos partidos de receber recursos do fundo partidário e o acesso gratuito ao rádio e à TV, na forma da lei.

Até hoje, no entanto, não houve lei complementando as determinações constitucionais e vários projetos tramitam no Congresso sobre o tema. Na Câmara, projetos dos deputados Prisco Viana (PDS), João Almeida (PMDB), Nelson Jobim (PMDB), José Dirceu (PT) e, no Senado, de Marco Maciel (PFL) são os mais significativos.

Durante alguns meses houve, inclusive, tentativas de negociação de um projeto que unificasse consensos e clarificasse divergências para facilitar a apreciação em plenário, pois o projeto está entre os oito temas que o colégio de líderes comprometeu-se em garantir a votação no plenário ainda este semestre, mais precisamente, em junho.

O PT não tem feito, internamente, esta discussão. Nem mesmo na direção partidária o tema foi aprofundado. Certamente, a bancada federal será a única instância que irá pesar na orientação do voto partidário nas próximas semanas.

O parâmetro constitucional, felizmente, dá aos partidos uma grande autonomia e flexibilidade, o que é muito melhor que o "estatuto padrão" da superada mas sobrevivente LOP. Isso não elimina, entretanto, o fato de que a nova regulamentação poderá afetar bastante o futuro dos partidos, do sistema representativo e da democracia brasileira.

Quero aqui levantar algumas preocupações e riscos que corremos no posicionamento do PT nas votações. Vou me reportar as questões que considero mais importantes.

Teste eleitoral?

Os projetos em pauta tendem a estabelecer uma ligação entre o processo de criação do partido e o seu teste eleitoral

como momento conclusivo do processo. O partido só é efetivamente legalizado na plenitude dos direitos quando supera a barreira do teste eleitoral e, na maioria dos projetos, esta barreira é significativa: 3% do eleitorado na última eleição.

Defendo que nossa posição sobre isso garanta uma clara separação entre criação e existência do partido político e o teste eleitoral. Um partido derrotado neste teste não pode ter sua legitimidade e legalidade contestada ou desconsiderada até um próximo pleito.

Na criação - para evitar siglas fantasmas ou de aluguel - ao partido deve ser exigida uma adesão e filiação mínimas (em torno de 0,1% do eleitorado, por exemplo). Cumprido este requisito, o partido deve ser considerado como legalizado, independente do teste eleitoral.

Um partido político não vive só ou para o parlamento e os executivos. Nasce colado nas lutas e nas necessidades da sociedade civil e pode crescer aí, legitimamente, sem ter representação parlamentar imediata.

Outra questão chave é a barreira parlamentar. A tendência dos partidos conservadores é estabelecer um percentual em torno de 3% dos votos no último pleito. Sabemos que na Europa existem sistemas que estabelecem a barreira em 5%. Ora, isso conduz a um sistema partidário muito restrito, que tende ao bipartidarismo e a excluir um grande número de partidos que são reais, nascem nas lutas sociais, representam minorias e em outros casos podem ser vanguardas que crescem pela capacidade de luta ou acerto de suas propostas. Criar um obstáculo no parlamento pode servir mais para congelar representações.

Entendo que o PT deve lutar para que este limitador não ultrapasse 1% do eleitorado da eleição anterior. Esse percentual atenderá ao problema de uma extrema pulverização, mas garantirá que mesmo pequenos partidos tenham acesso à representação parlamentar. Considerando a última eleição, com este percentual, em torno de treze partidos teriam garantido representação parlamentar.

Fundo partidário

Por fim, mas não por último, pois outros temas também necessitam aprofundamento, quero opinar sobre o fundo partidário.

Em todos os projetos, inclusive do companheiro José Dirceu, o fundo aumentaria de maneira considerável. Mais ou menos, US\$ 1,00 (um dólar) por voto. Esta é uma questão bastante complexa, pois tem implicações futuras decisivas na vida partidária.

Em primeiro lugar, esse recurso é justificado pelo endurecimento com a fiscalização aos partidos para diminuir o poder econômico. Não sou contra fazer valer a lei desde agora e até endurece-la, mas é evidente que isso não irá impedir o repasse das empresas ou dos ricos aos seus partidos.

Em segundo lugar, recursos de um fundo estatal tendem a domesticação dos partidos que ficam cada vez mais dependentes de verbas do Estado, do parlamento e das eleições (com todas as consequências disso) e não dos recursos próprios dos filiados, eleitores e simpatizantes. Historicamente, todos os partidos que assim sobrevivem tendem a ser partidos defensores da ordem estabelecida.

Em terceiro lugar, nos países onde isso existe, há crescentes manifestações populares contra esses repasses, que no fundo são dos contribuintes e devem estar voltados para usos mais diretos em serviços públicos.

No Brasil, onde já há um conjunto de vantagens e privilégios aos parlamentares (salários, aposentadorias, etc.), o fundo poderá ser mais um instrumento de desgaste.

Outros temas, principalmente o controle do partido sobre os mandatos, trataremos noutra oportunidade. Apenas para registro, o projeto do companheiro José Dirceu transfere, ao nosso ver corretamente, ao estatuto partidário a possibilidade da perda do mandato por atitudes e votos legitimamente estabelecida pelo partido e quando o parlamentar abandona o Partido sob cuja legenda foi eleito. Nos outros projetos as punições são bem mais brandas. Estes temas, ao nosso ver, são os mais imediatos e urgentes de uma definição no partido.

Um partido não vive só para o parlamento e os executivos.

XV Congresso da CIOSL

Pedro Alcântara

Nascida em 1949, no período da guerra fria (e como um de seus instrumentos) a CIOSL se apresentava como uma alternativa à Federação Sindical Mundial (FSM) de orientação comunista. Mas para este XV Congresso Mundial, realizado em abril na Venezuela (com uma representação de cerca de 100 milhões de trabalhadores de mais de cem países e aproximadamente 152 organizações filiadas), a CIOSL considerou que se chegou ao final de um período e ao início de uma "nova fase". Ela tem no "fim da ditadura comunista na União Soviética e em seus antigos países satélites" um elemento fundamental, que permite criar "novas oportunidades para resolver conflitos no Oriente Médio, África, Ásia e América Latina" (teses para o XV Congresso Mundial da CIOSL).

Para tanto o movimento sindical internacional necessita "contar com uma voz sindical legítima, forte e autorizada a nível mundial", "muitos dos problemas que enfrentam os trabalhadores tem uma dimensão internacional e exigem uma resposta mundial por parte dos governos e empregadores".

Eis algumas questões discutidas no congresso, apresentadas sinteticamente:

- o sucesso de uma nova ordem mundial dependerá das medidas tomadas pela comunidade mundial para criar o pleno emprego e um desenvolvimento equilibrado e duradouro;

- a democracia depende da aplicação universal de normas internacionais sobre direitos humanos;

- o mundo necessita, com urgência, que a ONU faça uso de seu poder e autoridade para enfrentar os enormes problemas sociais, econômicos, ambientais e políticos;

- por fim, o movimento sindical internacional necessitará contar com uma organização mundial forte e capaz de representar os trabalhadores na complexa rede de organismos governamentais que cada vez mais se convertem no centro de importantes decisões que afetam a vida dos povos (ONU, FMI, BIRD, OIT, entre outros).

A CIOSL busca, neste cenário, promover um conjunto de mudanças em sua política, combinando dois eixos:

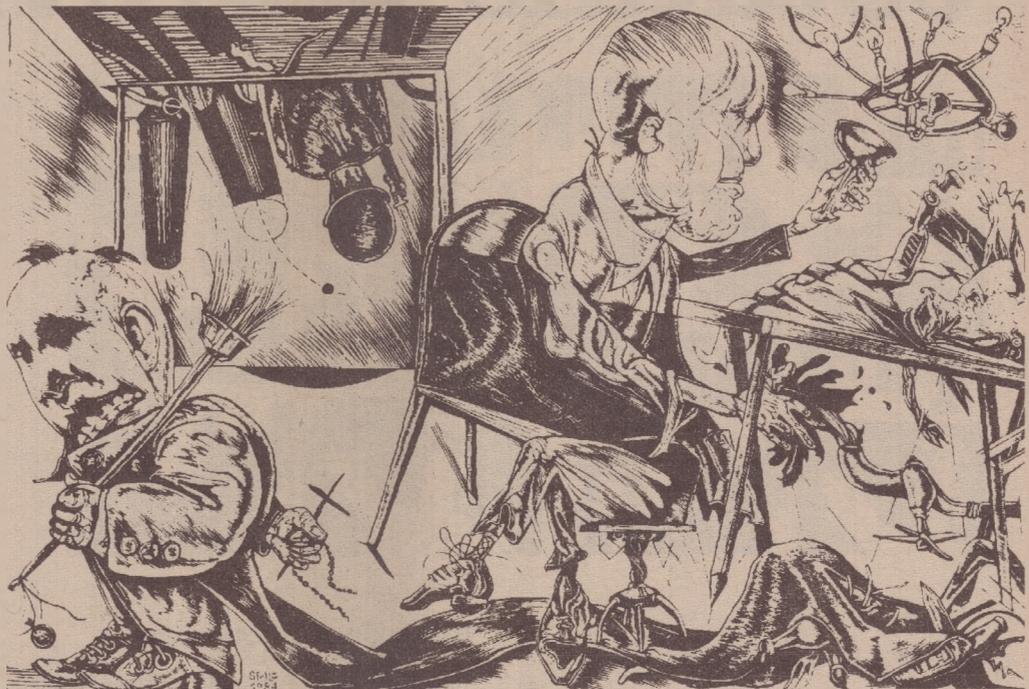
- a ação pela continuidade dos processos de mudanças nos países que viveram (ou vivem) experiências de inspiração socialista, já que estas mudanças não estão consolidadas;

- trabalhar para colocar-se como interlocutora válida junto aos governos e empregadores para disputar sua visão de sociedade.

Que sociedade defende a CIOSL?

Para a CIOSL, há que se recusar tanto o "modelo de planificação central" quanto o modelo de "mercado livre não regulamentado". Para ela, dois elementos combinados poderão, caso se equilibrem entre si, dar conta de resolver a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça e a discriminação. Eles são a cooperação e a concorrência. Neste modelo de "economia social de mercado", estas duas forças sociais básicas poderão se tornar construtivas se estiverem equilibradas em ações desenvolvidas por governos democráticos combinados com organizações representativas de trabalhadores e empregadores. A estas ações a CIOSL denomina de tripartismo.

Para a CIOSL as razões que justificam a continuidade da miséria, a opressão e a guerra espalhados pelo mundo, são responsabilidade, ora dos "ideólogos das economias de mercado individualistas e desenfreadas respaldados por políticos que apóiam a desigualdades", ora são uma "série de pessoas e partidos muito influenciados pelo ressurgimento de teorias neoliberais extremadas em matéria de política econômica". A CIOSL em nenhum momento analisa estruturalmente o sistema capitalista. Mesmo quando se avalia que "passados dez anos de ajuste estrutural, está claro que são muito poucos os casos em que funcionaram", a responsabilidade recai na definição de uma "política estreita" e nas personagens que a puseram em prática: FMI e Banco Mundial. Não há na política da CIOSL, qualquer elemento de ruptura com o sistema de exploração capitalista.



Nesta visão de inspiração nitidamente keynesiana, a política do tripartismo funciona como uma espécie de Plano Marshall mundial, ou seja, trata-se de introduzir nas políticas atuais a dimensão social. Aliás, para o caso da Europa oriental e central, trata-se exatamente de levar a cabo este tipo de "política de reconstrução".

As características dos presentes

No interior da CIOSL existe uma diversidade de posições. Há uma predominância européia e norte-americana. As centrais oriundas do leste e centro europeus estão chegando agora à CIOSL e entram em condições bastante debilitadas. Por fim, as centrais oriundas dos países do 3º mundo estão presentes em número bastante significativo, mas não desenvolvem uma política independente. Fazem política internacional, em grande medida, com o suporte das centrais do 1º mundo.

São evidentes ainda na CIOSL, os elementos de orientação política do período da guerra fria. Eles se expressam, por exemplo, nas resoluções sobre Cuba que desconhecem a pressão e cerco imperialista àquele país e em nenhum momento reclama ou defende para o povo cubano o direito universal à sua autodeterminação.

Na CIOSL o corte ideológico ainda está muito presente. Isto talvez possa ser alterado pelo afluxo de novas centrais que já decidiram ou já indicaram posição de filiação no decorrer deste último congresso mundial. É um leque variado que inclui a Força Sindical (Brasil), a FENASTRAS (El Salvador), etc.

As mudanças da estratégia capitalista, o uso intensivo da tecnologia, a integração de mercados com acirramento da concorrência, tendo como ideologia o projeto neoliberal, tem se espalhado no mundo todo e todos os males estão e são agora provocados no âmbito do espaço capitalista. Não existem mais "bodes expiatórios". O crescimento da taxa de lucro com empobrecimento generalizado nos países centrais e periféricos reveste-se de um conteúdo altamente explosivo.

A política da CIOSL num quadro como este parece-se com a idéia de que "o inimigo agora está entre nós e é preciso isolá-lo e extirpá-lo de nosso meio de modo a não confundí-lo com o todo e nem arruinar o conjunto". Assim, a crítica ao neoliberalismo é crítica à sua forma mais extremada (Thatcher, Reagan) e não ao conjunto da política neoliberal e ao sistema de organização política, econômica e social que dele se utiliza. Não busca acabar com desigualdades, mas eliminar parte da distância entre os extremos. □

Cooperação e concorrência são as bases da "economia social de mercado" defendida pela CIOSL.

Ainda são evidentes na CIOSL elementos da política da guerra fria.

Pedro Alcântara é membro da executiva nacional da CUT.

Reformas estruturais: estatais e previdência



Paulo Becker

Eduardo Albuquerque

A crise nacional e a resposta neoliberal exigem uma requalificação geral do movimento democrático e popular. É necessário partir do que até hoje acumulamos (em especial o Programa Alternativo de Governo de Lula) para formularmos uma atualização do nosso programa. O nosso projeto é uma terceira alternativa distinta do antigo modelo econômico e social herdado e do presente rearranjo impulsionado pelo neoliberalismo.

Dois são as linhas mestras: 1) a ampliação e o aprofundamento da democracia (o neoliberalismo não rima com democracia, necessita de seu estreitamento e manipulação); 2) a construção de um novo modelo econômico, visando a eliminação da miséria e melhores condições de vida e trabalho, apoiado no controle social e democrático.

Na construção deste novo modelo econômico, as reformas estruturais desempenham um papel central - a reforma do Estado, a reforma patrimonial da sociedade, a nova e soberana inserção do país na economia mundial e as reformas sociais.

A reforma do Estado tem um papel central: é dela que se trata neste artigo. Rapinado pelas classes dominantes durante décadas, a falência do Estado no Brasil é um elemento da crise atual. Esgotado pelo modelo da ditadura, a falência do Estado recebe do neoliberalismo uma resposta que a aprofunda. É desarticulada a sua capacidade de ser o detonador do desenvolvimento econômico e social no país. Algo como tratar a hemofilia com anti-coagulantes.

A nossa alternativa deve propor uma reforma do Estado que se baseie em três pilares: 1) a sua desprivatização; 2) a sua democratização e o desenvolvimento de mecanismos de

Os fundos sociais repassaram US\$ 100 bilhões ao governo e ao setor privado.

A falência do Estado

A crise econômica brasileira (um dos aspectos da crise nacional) expressa o esgotamento de um padrão de acumulação capitalista - grosso modo vigente desde 1930. O primeiro aspecto é o esgotamento dos mecanismos de financiamento da acumulação. Trata-se: a) do fim da capacidade do setor agrícola (agora mercantilizado e não mais primitivo) em transferir renda para os demais setores da economia; b) do arrocho salarial ter alcançado um limite e; c) do privilégio que ganha a esfera financeira a partir de meados da década de 60. A economia brasileira se transforma em uma máquina de exportar recursos (só em 1987 - ano que não foram pagas as amortizações vencidas da dívida externa - foram transferidos mais de US\$ 15 bilhões, dinâmica que alimenta tensões como: a)

endividamento público exacerbado; b) aprofundamento da fuga de capitais e c) acentuação da inflação.

E o segundo aspecto é a falência do Estado. Há a crise fiscal e a dívida externa, a desestruturação do sistema de arrecadação pelo grande capital. Há os impactos do esforço exportador, há o impulso para a saída de capitais (calcula-se em US\$ 50 bilhões os depósitos dos brasileiros no exterior), que se relaciona com a ampliação da economia informal (responsável por cerca de 13% do PIB).

É a este esgotamento que o neoliberalismo vem responder com suas respostas. O impacto inicial, mas presente e já sentido da reestruturação em movimento foi discutido no **EM TEMPO** nº 257 de março 1992.

controle social; 3) o início do pagamento da dívida social. Baseados nestes pilares, se buscará viabilizar a recuperação da capacidade de investimento do setor público.

A reforma do Estado tem dois pontos de partida, em confronto com as propostas neoliberais: 1) uma alternativa para o setor produtivo estatal; 2) uma alternativa à bancarrota da previdência. Por se tratarem de propostas interrelacionadas, é necessário que sejam discutidas conjuntamente.

A dívida social

Não se trata de uma dívida apenas moral ou abstrata. Trata-se de uma dívida financeira: durante décadas o Estado retirou recursos dos trabalhadores e destinou-os ao financiamento de questões alheias às finalidades dos vários fundos sociais.

Qual o valor desta dívida? US\$ 100 bilhões, no mínimo. É isto o que calcula o editor da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, o economista Paulo Rabelo de Castro. Estudo do CEDEPLAR, da UFMG, também estima tal cifra.

Como se formou essa dívida?

Em primeiro lugar, pelo desvio dos superávits de caixa da previdência brasileira. É fácil de entender esses superávits. O Brasil conheceu a industrialização nos anos 30 e 40, sendo constituída a previdência neste período: por mais de 30 anos a entrada de um grande contingente de trabalhadores (que arrecadavam suas contribuições) foi superior às despesas correspondentes (gastos com saúde e com benefícios, aposentadorias). Daí a existência de um saldo estrutural da previdência.

Porém, estes saldos poderiam ter sido utilizados para capitalizar o sistema previdenciário, preparando-se para futuras mudanças na estrutura da população e para a ampliação dos benefícios oferecidos pelo sistema.

Na tabela abaixo, pode ser visto o saldo gerado pelo sistema previdenciário, expressivo até 1963 e o seu encolhi-

Tabela I

Saldo para período seguinte sobre despesas totais (em %)						
Administração descentralizada por anos selecionados						
	1948	1955	1963	1970	1974	1979
Previd. Social	94,0	20,5	30,6	14,9	8,1	0,3
Outros	7,0	10,7	7,0	6,4	10,5	6,3
Total	27,0	15,3	15,1	10,8	9,0	2,3

Fonte: Balanços Gerais da União, vários números.

mento a partir daí.

Estes dados são levantados em um estudo de Maurício Borges e Fernando Pimentel - *Previdência social: aspectos teóricos, situação atual e uma proposta alternativa*. Após identificar este saldo estrutural da previdência em suas primeiras décadas, aponta que tal saldo "foi no fundamental utilizado para financiar o governo federal". Os autores explicitam que "é indispensável que se destaque a poderosíssima alavancagem que estes recursos representaram para a constituição do setor produtivo estatal, sem que qualquer contrapartida em termos de participação acionária tenha sido auferida pela previdência". Pode ser adicionada a utilização destes saldos para outras finalidades bem menos nobres...

Em segundo lugar, concorreu para a formação da dívida social a combinação de desvio de recursos e má administração de outros fundos, como o PIS-PASEP e o FGTS. A Folha de São Paulo de 27 de abril de 1992 comprova uma dívida do governo federal junto ao PIS-PASEP no valor de US\$ 375 milhões: herança de subsídios destinados à indústria no tempo de Geisel. Quanto ao FGTS, há uma dívida de estados e municípios, estimada em Cr\$ 35,78 tri (aproximadamente US\$ 15 bi). A sonegação ao FGTS alcança a casa de Cr\$ 160 bilhões ao mês (quase US\$ 1 bilhão em um ano), segundo dados da Folha de São Paulo de 26 de abril de 1992.

Através de processos como esses os recursos dos trabalhadores foram ainda mais dilapidados pelo Estado. Aí a origem da dívida do Estado, do Tesouro Nacional, junto aos trabalhadores.

O controle das estatais

O pressuposto básico de nossa alternativa é a paralização imediata do processo de privatização implementado por Collor. Ele está doando as estatais para pagar a dívida externa e outras dívidas junto a grupos empresariais. Nossa proposta define que a prioridade é o pagamento da dívida social. É um aspecto de reforma social necessária.

Paralizado o atual processo de privatização, dois passos são necessários.

O primeiro passo é a criação de uma nova entidade, de caráter nacional, uma entidade pública não-estatal: autônoma, gerida pelos trabalhadores de forma democrática. Pode ser chamada de Fundo Social dos Trabalhadores. Esta entidade seria dirigida por um colegiado eleito por todos os trabalhadores sindicalizados do país, em escrutínio nacional, a cada três anos.

Esta entidade receberia a gestão dos recursos advindos dos fundos sociais (previdência, FGTS, PIS-PASEP, FINSOCIAL). Em uma reforma tributária articulada com esta proposta, esses fundos poderiam ser unificados, simplificando a sua arrecadação. A transferência da gestão desses fundos se justifica pela notória incapacidade dos sucessivos governos do país em utilizar corretamente tais recursos e pelo descaso e incompetência na sua administração, pela persistente malversação de seus recursos. Seguramente, a gestão democrática pelos próprios trabalhadores é o melhor meio de garantir um bom uso desses recursos. Não há o que temer.

Esta nova entidade terá toda legitimidade de requerer o pagamento da dívida social junto ao Estado.

O segundo passo é o repasse do controle das estatais lucrativas para os trabalhadores, através da cessão das ações do Tesouro Nacional ao Fundo Social dos Trabalhadores. As empresas cujo controle será cedido constituirão uma "holding".

Quais as principais empresas desta "holding"? A Petrobrás, a Telebrás, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, o Banco do Brasil, a CSN, a CST, a COSIPA, dentre outras.

Retirando das mãos do Estado a gestão dessas empresas, repassando-a para uma entidade pública controlada socialmente, um enorme passo em direção à desprivatização do Estado será dado. Uma "holding" controlada social e democraticamente não pode ser utilizada para financiar a acumulação privada, como foram até hoje. A administração democrática da "holding", a realização das eleições periódicas, cobrando a prestação de contas permanente é uma garantia para que uma rede de empresas da dimensão da que se está propondo (ela administrará cerca de 1/4 do PIB do país) não se transforme em um complexo burocratizado.

A administração da "holding" pelo Fundo Social dos Trabalhadores deve se combinar com a administração, também democrática e transparente de cada uma de suas unidades.

Esta proposta foi apresentada pela primeira vez em um estudo desenvolvido pelo CEDEPLAR-UFMG sobre a USIMINAS, encomendado pela Prefeitura de Itapinga (Usiminas: privatizar para que?). Ela constou da "Carta de Belo Horizonte", redigida ao final do Encontro Nacional de Economistas do PT e foi aprovada pelo grupo de trabalho que discutiu o tema "Projeto Alternativo" durante o 1º Congresso do PT. É uma das principais propostas do Grupo de Economistas do PT-MG - Diagnóstico da crise e um projeto alternativo.

Setor público não-estatal

É uma proposta ousada. Por si só significa uma profunda reforma estrutural na economia nacional. Isto porque rompe com a velha divisão da economia entre os tradicionais setores "estatal" e "privado", introduzindo um novo tripé, com a economia passando a ser dividida entre um setor estatal, um setor público não-estatal e um setor privado. É uma proposta concreta de democratização da gestão do setor público e significa mais uma alternativa de propriedade social que comporá o mosaico das várias formas de gestão que compõem o nosso projeto democrático de socialismo.

É uma proposta de intervenção na conjuntura, que se confronta com a rapinagem encaminhada pelo modelo "collorido" de privatização.

Para que seja viabilizada é necessária a abertura de uma



Nicolau El-moor

ampla discussão no interior do movimento sindical. Pressupõe um alargamento do horizonte de ação do movimento sindical, que deve se conscientizar da importância de debater e formular sobre temas como a gestão de fundos sociais e de uma entidade como aqui proposta. A ausência dessa preocupação, que é que se constata no movimento, leva à concessão de uma enorme margem de manobra ao Estado e à burguesia, que tem sido historicamente aproveitado, para manipular descaradamente esses fundos. Uma pequena participação de uma bancada dos trabalhadores em um Conselho Curador do FGTS já foi suficiente para perceber o tamanho da trapaça armada pela gestão estatal/empresarial desses fundos.

Uma verdadeira revolução cultural é necessária para que o movimento sindical possa assumir a frente do encaminhamento dessa proposta.

Também o plano institucional as exigências são enormes. Essa proposta é importante para que o PT perca a timidez no enfrentamento do projeto neoliberal de privatização. Essa proposta nos dá a possibilidade sair do falso dilema entre "estatais-como-estão" e a "privatização-doação de Collor-Modiano". Porém, é necessário clareza para encaminhar, inclusive, emendas constitucionais que consigam viabilizar a proposta. Por exemplo: a figura de uma entidade "pública-não-estatal" não existe na Constituição. Deve ser criada, portanto. O petróleo, sua exploração e refino é objeto de monopólio estatal: é necessário que a Constituição seja emendada para possibilitar um monopólio que "de novo tipo", não mais estatal mas público.

A resistência das classes dominantes a este projeto será enorme: os fundos sociais sempre foram utilizados para realizar, direta ou indiretamente, obras e investimentos de interesse dos grupos privados, além das tradicionais falcatru-

A gestão da previdência e das empresas públicas deve ser retirada das mãos do Estado.

O papel do núcleo de grandes empresas

O pano de fundo de toda esta proposta é uma compreensão da incapacidade do mercado resolver os grandes dilemas do desenvolvimento econômico em uma sociedade periférica como a brasileira.

Como ressalta o documento do Grupo de Economistas do PT-MG, toda economia moderna que conseguiu se desenvolver conheceu um complexo de grandes empresas que funcionou como mola propulsora do desenvolvimento econômico.

No caso dos países centrais, esse papel foi assumido pela empresa capitalista monopolista (qualquer um de nós associa rapidamente umas três grandes empresas a cada país capitalista desenvolvido). Já nas sociedades situadas na periferia do sistema, o capital privado não conseguiu cumprir tal papel, dada a incipiência de seu

estágio de acumulação. O papel foi cumprido pelas empresas estatais. No caso brasileiro, este núcleo de grandes empresas constitui o chamado sistema produtivo estatal, indiscutivelmente a mola propulsora do desenvolvimento conseguido pelo Brasil após os anos 30.

A falência do Estado impacta a dinâmica deste núcleo estratégico. Daí o impasse da economia brasileira na década de 80. A resposta neoliberal pretende quebrar esse núcleo de empresas. Dadas as condições do presente rearranjo da economia mundial, o resultado desta política será a marginalização econômica do país.

A proposta aqui apresentada pretende preservar este núcleo de grandes empresas, mantendo-o como patrimônio público, mas mudando radicalmente a sua gestão e, portanto, a sua capacidade de incidir sobre a dinâmica econômica do país.

A constituição de um setor público não-estatal é uma alternativa às reformas neoliberais.

as que pululam nos jornais, e não é de seu interesse perder essa fonte. Por outro lado, as estatais lhes são úteis como o patrimônio doado ou como repassadoras de recursos via preços subsidiados, etc. A vitória da realização de nosso projeto significa uma razoável desarticulação do esquema estatal funcional aos interesses empresariais.

É uma construção que, como foi visto, está no sentido geral de nosso projeto estratégico. Mas novos avanços na elaboração são necessários, em particular o que deve tratar da relação entre funcionamento da "holding", o planejamento de sua ação e o conjunto do planejamento (e da discussão democrática de prioridades) a ser implementado no país (é o relacionamento entre os três setores da economia).

Finalmente, há uma pergunta sobre o que se fará com os recursos dos fundos agora administrados democraticamente e com os saldos gerados pelas empresas competentes da "holding": isto se relaciona às alternativas de previdência social e à retomada dos investimentos da economia brasileira.

A crise da previdência

Vários setores contribuem para a falência da previdência social no Brasil. Há os que são decorrentes da falta de controle social: o festival de fraudes, a gigantesca sonegação das empresas e do Estado (José de Prata Araujo - Previdência social: uma tragédia anunciada). Há os que são decorrentes da transformação da previdência social em uma máquina de financiamento do setor privado da saúde (complexo médico-industrial, indústria farmacêutica, hospitais privados, medicina de grupo, etc), como discute e demonstra Sônia Fleury e Jaime Oliveira, no livro (Im)previdência social. Inverter todos esses pontos são questões essenciais para construir a nossa alternativa.

Mas há um fator importante que merece uma discussão mais cuidadosa: é a consequência de uma mudança democrática, que implica numa ampliação do peso relativo no número dos beneficiários em relação ao número dos contribuintes. Isto tem uma determinação estrutural e uma determinação conjuntural.

Estruturalmente, é bastante óbvio que a tendência no Brasil em industrialização era a de ampliação da esperança de vida, a diminuição da mortalidade, enfim, um aumento da população mais idosa relativamente ao conjunto da população. Ao mesmo tempo há uma expansão do número dos que usufruem dos benefícios do sistema: com o passar do tempo as pessoas vão se aposentando. Há ainda a pressão social para a extensão da cobertura previdenciária (e o direito à seguridade social é um dos direitos humanos elementares de nosso tempo), o que determina a introdução de novos contingentes de beneficiários do sistema (trabalhadores rurais, por exemplo).

É esse processo de cunho mais estrutural que está por trás do desaparecimento dos saldos da previdência identificado na Tabela I, e causando o surgimento de um déficit estrutural no sistema (evidentemente, alimentado pelos problemas de corrupção, malversação de verbas, etc).

Como o Estado brasileiro se apossou dos saldos de décadas e não preparou um sistema que tivesse algum patrimônio ou capitalização que o capacitasse a enfrentar essa mudança (previsível) de caráter estrutural, a crise vem à tona. A irresponsabilidade do Estado brasileiro na gestão

cotidiana e de longo prazo da Previdência não está sendo acentuada com o vigor necessário nos atuais debates.

Em termos mais conjunturais, é fácil de deduzir que a dinâmica recessiva contribui para a ampliação da crise da previdência, na medida em que reduz a massa salarial do país (sobre a qual incide a sua arrecadação), seja ampliando o número de desempregados, seja reduzindo a média salarial nacional. Menos arrecadação e mais gastos.

Uma crise sem solução de caráter estrutural. Collor propõe a chilenização da previdência (a sua privatização), contribuindo para a desmoralização do sistema e abrindo um mercado rentável para o sistema financeiro nacional. É verdade que isto significará uma chusma de Capemis e casos semelhantes. É uma história conhecida...

O FST e a previdência

Nossa alternativa vai em sentido oposto. Trata-se do repasse do sistema previdenciário para a administração da nova entidade, para a "holding" do Fundo Social dos Trabalhadores. Administrando os saldos das estatais, os recursos da atual arrecadação previdenciária (mais FGTS, PIS-PASEP), esse fundo se responsabilizaria pela nova organização previdenciária do país, assumindo os novos benefícios do sistema.

Os saldos gerados pela nova entidade são fundamentais para a criação de uma saída estrutural para a previdência brasileira, que deixaria de funcionar na base do chamado sistema de "repartição simples" (onde os recursos são repassados diretamente da arrecadação para os benefícios). E não estaríamos constituindo um sistema de capitalização que enriquecesse os fundos privados de instituições financeiras.

Esta proposta está detalhadamente desenvolvida no citado texto de Maurício Borges e Fernando Pimentel, onde é feita também uma minuciosa discussão da transição do atual sistema para o novo.

O FST e as reformas estruturais

Em resumo, para resgatar a dívida social, é proposta uma reforma patrimonial do Estado, com a criação da entidade pública não-estatal Fundo Social dos Trabalhadores, que administrada autônoma e democraticamente pelos trabalhadores, receberá o controle acionário do sistema produtivo estatal (por cessão das ações sob controle do Tesouro Nacional), a gestão dos atuais fundos sociais e a responsabilidade da seguridade social a partir de agora.

A criação desta entidade é uma reforma estrutural e pressupõe todo um outro conjunto de mudanças.

A primeira delas é a da saúde: a idéia é a desvinculação dos serviços de assistência médica da seguridade social, passando a ser responsabilidade do setor público estatal, remunerado pelos impostos cobrados da sociedade. O setor saúde deverá passar por enormes transformações, cuja linha básica deve ser a reversão da dinâmica de financiamento do lucro privado pelo dinheiro público que atualmente prevalece.

A outra é a reforma tributária. De cunho progressivo, deve ser realizada de forma a unificar as contribuições que iriam para a "holding" e desenvolver a justiça fiscal (imposto sobre grandes fortunas, o "imposto de solidariedade), de modo que contribua para a recuperação da capacidade de financiamento do Estado, indispensável para bancar o setor saúde, a educação e os investimentos em prol de uma dinâmica de crescimento econômico.

Aqui, cabe relacionar a nova articulação entre os três setores da economia (estatal, o público não-estatal e o privado). A criação da "holding", tal como aqui proposta, é uma enorme alavanca para a retomada dos investimentos públicos. Os saldos gerados pela "holding" (que não tem fins lucrativos) deve ser integralmente reinvestido, seja no novo sistema previdenciário, seja na ampliação das empresas administradas pelo Fundo Social dos Trabalhadores. Isto significa ser possível que a "holding" invista por exemplo, no desenvolvimento de uma indústria nacional de alta tecnologia (em aliança com os investimentos estatais) ou em um plano nacional de habitação popular. Questões para uma discussão democrática de prioridades econômicas. O que se relaciona com a necessidade do avanço da construção da democracia, da auto-organização dos trabalhadores, de uma vasta rede de movimentos e organizações da sociedade brasileira. □



Paulo Becker

O peso dos fundos sociais

O descaso do movimento sindical com os fundos sociais que são constituídos a partir dos recursos dos trabalhadores é injustificável. Não pode prosseguir, sob pena de condenar o movimento como um todo a um eterno economicismo e à completa incapacidade de formulação de propostas globais, articuladas com o nosso projeto geral de transformação revolucionária da sociedade.

Os fundos sociais do país, todos devem saber, vêm sendo sistematicamente manipulados pelo conluio Estado-empresários. Os trabalhadores têm sido permanentemente logrados nesta história. A consciência disto é um ponto de partida essencial para a construção de nossa alternativa.

O que significa esses fundos?

Os dados falam por si:

O total desses fundos alcança o valor de US \$

Tabela II		
Receitas dos Fundos Sociais (1992)		
Receita	Valor (US\$ BI)	% do PIB
Arrecadação Previdência	21,4	5,2
Finsocial	9,7	2,4
FGTS	7,3	1,8
PIS-PASEP	4,6	1,1
Contribuição sobre lucro	1,65	0,41
Outras fontes da Prev.	5,1	1,2

Fonte: Estatística básica sobre a previdência
49,7 bilhões, cerca de 12,2% do PIB.

Acordo das montadoras

Miguel Rossetto

O acordo assinado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo gerou uma intensa polêmica no meio sindical cutista. Uma avaliação profunda e crítica da orientação seguida pelo sindicato poderia nos servir para ser ponto de partida de um rearmamento da CUT.

Na reunião da Direção Nacional da CUT, em abril passado, a questão finalmente foi reduzida a "participa ou não participa das Câmaras Setoriais". Venceu "participa" sem que tenha sido explicitada qual é a estratégia, qual é a política. Mas também do lado do "não" não houve explicitação. Isto é, tratava-se apenas de mais um capítulo de um enfrentamento sectário e despolitizado tal como vem ocorrendo na CUT, cujo ponto alto foi o 4º CONCURTO.

O equívoco se inicia em considerar as "câmaras setoriais" como uma estratégia. Mas aqui o erro é simétrico: existe entre companheiros do "participa" e dos "não participa".

Para nós, do que se trata é de estabelecer qual é a estratégia da CUT e seus sindicatos frente à crise econômica e a reestruturação que o projeto neoliberal está promovendo na economia nacional. Aí, no plano da tática, poderemos recorrer a negociação com o capital e o governo, inclusive em "câmaras setoriais".

Um balanço crítico

Diversos sindicatos tem tomado iniciativas frente a crise e a reestruturação dos seus setores. Porém, nenhum com a abrangência das propostas do sindicato dos metalúrgicos de SBC. Daí serem um ponto de partida da reflexão geral.

Em primeiro lugar, há que se destacar que um coisa são os fatos, e outra as versões. Aqui se destaca a campanha deflagrada pela imprensa tentando mostrar que a nova estratégia sindical sinaliza uma CUT "amansada", agora buscando a colaboração para sair da crise.

É óbvio que na torrente de declarações houve brechas para essa interpretação. E isto nos conduz à importância de que o discurso reflita a ação. Isto é importante ainda porque nas próprias negociações, na "câmara setorial", os representantes do sindicato disputaram com os representantes patronais, demarcando a existência de projetos diferentes (o dos monopólios e o popular).

Em segundo lugar, a ausência da CUT na negociação introduziu uma distorção perigosa. Não há espaço hoje para políticas setoriais separadas de uma estratégia geral de enfrentamento do projeto neoliberal e seu governo.

A ação setorial foi, porém, apresentada como uma estratégia, como o caminho geral para todos os ramos, como se esse caminho pudesse ser a somatória de ações setoriais. Desconsiderou-se que as tentativas de resposta setorial podem facilmente cair no corporativismo, provocando dessa forma contradições no interior da própria classe trabalhadora. No caso de SBC isso se manifestou na aceitação da redução linear dos impostos sobre os carros (ao contrário da proposta do sindicato de redução diferenciada segundo o tipo de carro), o que a propaganda conservadora soube aproveitar bem para sua campanha de "menos Estado, mais..."

Com a ausência da CUT no encaminhamento criou-se também um quadro de confusão no processo da campanha salarial dos metalúrgicos. A iniciativa de SBC deu-se paralelamente à campanha e seu desfecho afetou a mesma, com um efeito desagregador para o conjunto dos metalúrgicos cutistas do estado de São Paulo. O que não é o mesmo que dizer que foi desmobilizador, já que a campanha tinha, nessa altura, poucas condições de culminar numa greve.

Em terceiro lugar, trabalhou-se com a ideia de que o acordo em si combatia o projeto neoliberal. Há contradições entre o acordo e as estratégias das montadoras e do governo federal. Mas isto não significa que se trata "do" combate ao projeto neoliberal (muito mais amplo e complexo).

A crise econômica, produto da política recessiva e dos planos de reestruturação empresariais, afeta profundamente a classe trabalhadora e suas organizações. Estão sendo superados todos os recordes de desemprego. Cresce o setor informal - produto estrutural da crise do modelo. Os trabalha-



dores empregados são pressionados pelo "exército de reserva". As fábricas começam a mudar os métodos de gestão da mão-de-obra, dissolvendo a cultura operária e sindical gestada no período anterior.

Frente à agressão burguesa, o movimento sindical cutista tem sido extremamente tímido. Categorias inteiras viram reduzir sua base em 10%, 20% ou mais sem reação organizada, sem estratégia de resistência!

As lideranças sindicais não atentam para as mudanças nos locais de trabalho porque nossa vanguarda está desenraizada, sem vivência do dia-a-dia da base.

Para o setor que mais cresceu no último período (desempregados, subempregados, setor informal, etc) não temos uma resposta e a CUT - pensada como representação no mercado de trabalho formal - não tem espaço para ele.

No fundo, é a discussão sobre esta situação que não se enfrenta quando a Direção Nacional da CUT vota "participa ou não participa" e ponto. Esta votação oculta nossa flagrante falta de formulação política para esse movimento real.

Pontos de partida

Neste aspecto, a iniciativa do sindicato dos metalúrgicos de SBC deve ser resgatada como uma primeira experiência que coloca em pauta para uma categoria e para a população o conjunto dos problemas provocados pela crise-reestruturação de um setor.

Como um acordo defensivo, teve seu mérito na defesa de salários e empregos (reajuste mensal, recuperação das perdas no caso de SP e manutenção do nível de emprego).

Avançou além disso, ao questionar a política dos monopólios multinacionais quando introduziu na pauta a discussão do Contrato Coletivo de Trabalho, a negociação sobre inovações tecnológicas e mudanças na organização do trabalho, e a política de comércio exterior do setor. Assim como errou ao abordar a questão tributária.

Mas, os trabalhadores criaram condições de "fazer política", questionando o rumo que toma a conjuntura no setor - e este aspecto não se esgotou no mês seguinte ao acordo.

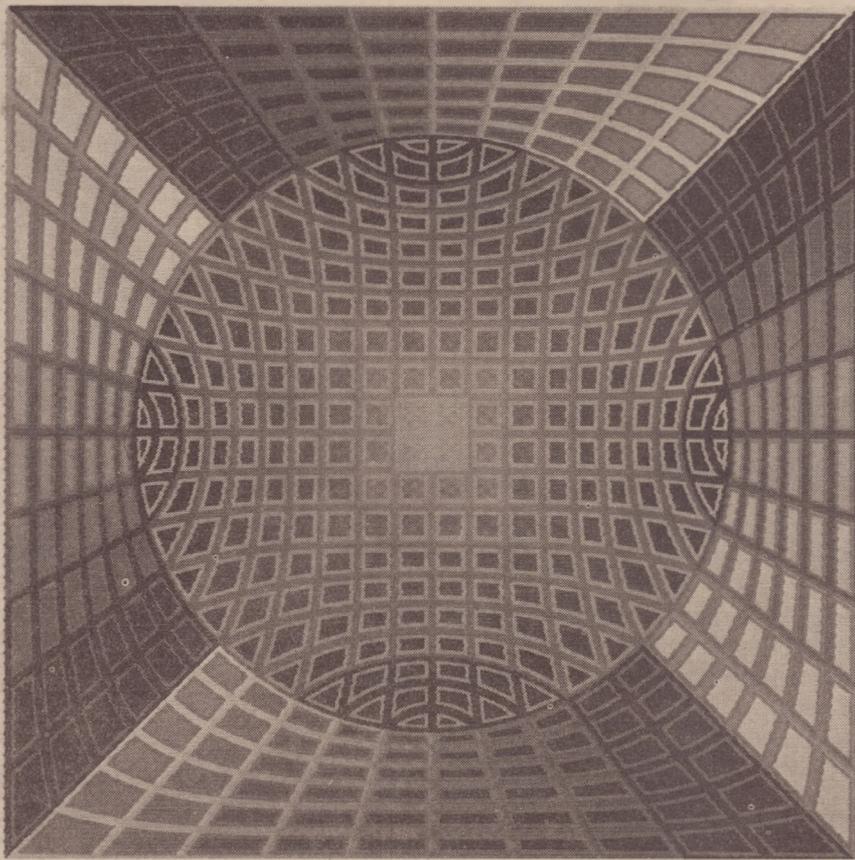
Finalmente, um balanço geral do acordo e sua sequência deve responder também à caracterização de se tratou-se de um "pacto social". Se não trouxe perdas salariais, nem aceitou a redução do emprego, nem se comprometeu a desmobilizar os trabalhadores, nem escondeu em suas propostas uma perspectiva de submissão dos trabalhadores do ramo à estratégia do capital, a resposta é clara: não.

Agora, a tarefa coletiva do sindicalismo cutista é elaborar, a partir do balanço crítico de esta e outras experiências, uma estratégia geral de enfrentamento do projeto neoliberal. □

Miguel Rossetto é membro da executiva nacional da CUT.

O debate reduzido ao "participa ou não participa" elimina a discussão real de estratégia.

Problemas da estratégia sindical



Victor Vasarely

Gustavo Codas

O IV Concut e o I Congresso do PT não deram conta da discussão de estratégia. O atual impasse do movimento sindical exige avançar nesta discussão. Este artigo tenta estabelecer - mesmo polemicamente - alguns elementos que devem ser trabalhados na estratégia do sindicalismo cutista.

Os últimos anos do movimento operário brasileiro tem como pano de fundo a crise de um modelo de desenvolvimento capitalista dependente (de "substituição de importações"). O movimento dos trabalhadores se fortaleceu com uma estratégia de resistência, num contexto onde a burguesia não tinha uma política consistente que a unificasse frente à crise. Isto em parte explica a deterioração da política burguesa no período que resultou em 1989.

O ano 1989 continua a ser um marco de reflexão estratégica, já foi quando demarcamos claramente a constituição de um bloco democrático e popular com capacidade de disputar os rumos da conjuntura. Mas, nesse ano ocorre também a condensação de vários outros processos, como a eleição de Collor e a explosão da crise das burocracias do Leste.

Novo período

Entramos, no Brasil, em 1990, num novo período da luta de classes, com a construção da hegemonia neoliberal entre as classes dominantes.

Colocam-se várias mudanças, que constituem outros tantos desafios ao movimento operário:

1) Na relação Estado/trabalhadores. O projeto neoliberal propõe a desmontagem da estrutura sindical oficial herdada do populismo e a introdução da "desregulamentação" das relações trabalhistas e sindicais. Isto é, "liberdade de organização" sem garantias contra a repressão do capital, à par que se entrega as negociações trabalhistas ao "mercado" - mas sem reconhecer o patamar anterior de direitos adquiridos.

2) Na relação capital/trabalho. O neoliberalismo vem acompanhado da introdução, nos setores de ponta da economia, de novos modelos de gestão da mão-de-obra visando a "colaboração" dos trabalhadores, via trabalho em equipe, trabalho

"participativo", etc, com o objetivo de aumentar a produtividade e a qualidade. E busca legitimar a retirada dos "direitos adquiridos", identificados com o "atraso" e a "não produtividade".

3) Na relação Estado/capital. Com o Estado convertendo o capital especulativo privado acumulado no período anterior em patrimônio real via as privatizações, abrindo novas e rentáveis áreas produtivas e de serviços (via "concessões" ao capital privado em áreas antes exclusivas do Estado), legitimando tudo com o discurso contra o Estado "corrupto", "ineficiente", "cabide-de-emprego", etc.

4) Na relação mercado interno/mercado externo. No discurso ideológico centrado no cidadão-consumidor-eleitor, a questão da qualidade e do acesso ao produto desejado passa a ter um apelo superior ao "pensar um projeto nacional".

5) No questionamento ideológico ao movimento operário independente. A propaganda neoliberal desqualifica a ação sindical de resistência como "corporativa" e nega, simultaneamente, o direito ao sindicato "fazer política". Cabe apenas "cooperar" com o capital no local de trabalho, na produção, "pela produtividade".

6) Finalmente, a nova institucionalidade coloca um desafio em outra esfera: se por um lado, ela é o resultado da vitória política conservadora na Constituinte, expressa também, ainda que secundariamente, conquistas na luta pela democracia. Como derrotar o atual regime conservador (com elementos democráticos) e lutar por outro radicalmente democrático?

Reestruturação e crise

Além das mudanças estruturais, o governo reedita o receituário recessivo, parecido a 1981-83, isto é, as mudanças acontecem quando o movimento tem maior dificuldade de articular a defesa da pauta mínima dos trabalhadores.

A recessão agora não é uma medida apenas antiinflacionária (no que não tem sucesso), mas principalmente política (onde tem êxito na redução do volume de greves/grevistas/horas paradas, até o limite manifesto na onda de saques do último mês). Seu resultado fundamental foi colocar na defensiva o movimento organizado dos trabalhadores.

Na Grande São Paulo a marca do 1.1 milhão de desempregados foi ultrapassada pela primeira vez. Greves no setor privado são quase que exclusivamente para exigir o pagamento de salários devidos. Volta a pressão de redução de jornada de trabalho com redução simultânea dos salários. Trabalhadores ocupam fábricas (como no frigorífico Pedroso), encampam empresas (como nos sapateiros de Franca) ou ensaiam medidas alternativas ao receituário recessivo (como nos metalúrgicos de SBC), mas não conseguem estabelecer a ponte com uma estratégia para o movimento sindical.

De outro lado, projeto neoliberal colocou ao alcance da burguesia brasileira um discurso agressivo. O fato que essa política conduz a mais dependência, mais miséria, mais exclusão, etc, não quer dizer que o projeto se desqualifica por si mesmo, ou que basta denunciá-lo.

Os exemplos de sua "eficácia" são muitos: se uma fábrica fecha, é porque era improdutiva ou é melhor (mais barato, melhor qualidade) importar dos "tigres asiáticos"; se uma estatal privatizada demite é porque tratava-se de um "cabide de emprego"; se direitos adquiridos pelos trabalhadores são atropelados é porque impedem a reorganização da fábrica para produzir com maior produtividade e melhor qualidade (ou o sindicato é a favor de produzir de forma menos produtiva e com menor qualidade?)

Nova política

Ingressamos num período onde é fundamental desenvolver tanto uma política de resistência à política recessiva como de resposta à ofensiva neoliberal de reestruturação. Isso

A conjuntura combina uma recessão "normal" com mudanças estruturais da economia

coloca um elemento novo: para que essa resistência seja consistente deve estar combinada com a luta na perspectiva de um projeto alternativo. Uma estratégia reduzida à "resistência" não está em condições de disputar "os corações e as mentes" da população - já que temos que dizer que há outra via, que não a neoliberal, de superação imediata do modelo capitalista anterior. Mas um projeto que não pressuponha a resistência desmoraliza a classe trabalhadora, não acumula na luta política.

1. Programa de transição

Os pontos programáticos que trabalhamos tem um caráter de transição, porque se iniciam sob o marco do capitalismo dependente brasileiro mas buscam checar seus limites, colocar a vontade popular em movimento e questionar o poder organizado sob controle do capital monopolista.

Mas este "programa de transição" se coloca não apenas como um conjunto de reivindicações dos trabalhadores, mas como um conjunto de propostas para superar o "modelo de substituição de importações" e de políticas alternativas às neoliberais. Assim devem fazer parte deste programa uma política industrial, políticas para outros setores produtivos e de serviços e políticas sociais - com as quais o movimento operário se orientará no enfrentamento da crise e da reestruturação defendendo os interesses gerais dos trabalhadores e dos setores populares.

Contrariamente a esta perspectiva, desenvolvem-se atualmente outras duas no movimento sindical cutista: uma, que verifica que "não existe" projeto alternativo, e que apenas é possível desenvolver políticas de contestação parcial à reestruturação; a outra, que sustenta que não há projeto alternativo sem previamente conseguir o fim do governo Collor (e substituí-lo por um governo dos trabalhadores), e que em função disso, hoje, apenas se pode resistir à crise enquanto se busca questionar o mandato do presidente. São duas orientações que entendemos serem incapazes de responder aos atuais impasses do movimento.

Já o movimento real está enfrentando o desafio, mesmo que de maneira dispersa. Há vários exemplos: dos metalúrgicos resistindo às iniciativas patronais de inovação tecnológica e na organização do trabalho, e colocando modos alternativos de aplicação das mudanças (buscando novas conquistas); dos sindicatos do setor siderúrgico que discutem alternativas ao "privatiza/não privatiza" (ver artigo nas ps. 12 a 14); da prefeitura de Santos frente à privatização/"modernização" dos portos; da CUT através de uma comissão especial sobre a integração regional dos mercados (Mercosul); da CUT e os previdenciários frente às propostas de privatização da previdência; dos sindicatos cutistas do setor frente à crise do transporte aéreo de passageiros; do sindicato dos metalúrgicos de SBC frente à crise da indústria automobilística (em ambos casos com a disputa sendo travada também nas "câmaras setoriais"); do Movimento dos Sem Terra e a CUT que lançaram uma ofensiva na luta pela terra, enquanto o Governo Paralelo elabora um programa agrário alternativo.

2. "Esfera pública", democracia e Estado

Um segundo elemento constitutivo de nossa estratégia deve ser a luta pela gestão democrática da economia e dos programas sociais. O Estado herdado do populismo escondia a exclusão política por trás do "paternalismo". O Estado neoliberal usa as leis do mercado para excluir os explorados e oprimidos.

É preciso redefinir nosso posicionamento frente à organização da economia e do poder na sociedade. Para tanto, está em pauta o controle operário da produção e avançar no controle social sobre a economia. Assim, não aceitamos as empresas estatais como são hoje, e propomos seu controle pelos seus trabalhadores e a população (para que deixem de ser moeda de troca de favores políticos e fonte de lucros para o grande capital).

Nosso questionamento às estatais é também o questionamento aos 200 grandes monopólios, também privados, nacionais e multinacionais, que controlam a economia do país. Este constitui o verdadeiro poder organizador da sociedade. Contra eles devemos avançar na democratização nos locais de trabalho, no controle social de suas contas e na subordinação de suas estratégias comerciais e empresariais aos interesses da população, definindo qual empresa/setor deve deixar de ser de capital privado.

Para nós, o questionamento das estatais e dos monopó-

lios em geral visa a constituição de uma "esfera pública", nem estatal nem privada, onde quem defina os rumos sejam os trabalhadores e setores populares organizados.

É evidente que não propomos governar "desde baixo", mas disputar "desde baixo" o direito de governar. E neste sentido, esta disputa deve transcrescer em disputa pelo poder central (e não se contentar em permanecer na esfera "não estatal"). E, também, uma "escola" de administração pública popular, preparatória para a participação efetiva no governo da transição.

Neste ponto nosso atraso é flagrante: a luta nas estatais tem se reduzido a "não às privatizações", salário e emprego; a experiência das administrações populares municipais é muito precária quanto a participação popular e dos trabalhadores na definição de prioridades e na gestão; o movimento sindical desenvolve posturas ambíguas frente às empresas monopolistas (sobretudo as multinacionais), que pagam melhores salários e tem esquemas de recursos humanos mais modernos que as outras; as organizações no local de trabalho não fazem parte das prioridades do movimento sindical cutista.

Superar este quadro é fundamental à capacitação dos trabalhadores para disputar o poder e exercê-lo. O ponto de partida é o projeto inicial da CUT de modelo sindical que se perdeu nestes nove anos de "coexistência pacífica" com a estrutura sindical oficial e com todo o arcabouço do populismo na área trabalhista.

Ainda em relação a uma nova concepção de Estado trabalhamos o fortalecimento de sua capacidade financeira através da taxação da riqueza, das heranças, do capital, do lucro, do patrimônio, do setor financeiro, das terras urbanas e rurais, etc., isto é, buscamos inverter a lógica atual, onde só a classe trabalhadora paga impostos.

3. Resistência e projeto alternativo

Um objetivo político e econômico da burguesia na crise/reestruturação é obter concessões das direções sindicais em matéria de salário e emprego em troca de promessas de crescimento econômico e de futuras melhorias (em suma, o "pacto social").

Nós devemos construir uma política alternativa que:

- priorize a luta pelo direito à vida com salário e emprego para todos os trabalhadores afetados pela reestruturação, não rebaixe os direitos conquistados e preserve sua capacidade de mobilização;
- negocie - frente aos aumentos de produtividade - a distribuição dos seus resultados - inclusive através da diminuição da jornada de trabalho, do menor esforço físico e do menor cansaço mental e emocional - com maior liberdade de organização na fábrica e com direito ao controle dos trabalhadores sobre as inovações e sobre os resultados;
- esteja alicerçado na capacidade de consumo do mercado interno e no seu crescimento;
- estabeleça pontes com os interesses de outros setores de trabalhadores e da população;
- preserve o meio ambiente.

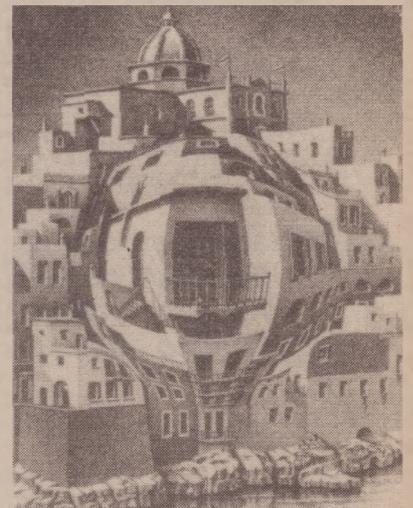
Estas balizas gerais devem, naturalmente, ser desdobradas para cada setor.

O conjunto desta política busca disputar a opinião pública a partir de outra visão de saída da crise, que aponta para uma superação do subdesenvolvimento, da dependência, da marginalidade social e da miséria, do autoritarismo e da exclusão política, do controle da economia por uns poucos monopólios, etc.

Mas é possível que uma política setorial alternativa vingue no interior do modelo neoliberal? Não de maneira duradoura. Para nós trata-se de um componente de uma disputa mais ampla no plano da política econômica e do poder político. Daí que deve estar combinada com uma perspectiva de disputa global dos rumos do país. Por isso o caráter de transição desta política. Daí sua integração com uma política de construir e legitimar a ruptura com o modelo econômico/poder constituído vigentes. Em suma, este projeto alternativo não trará condições de governabilidade para o governo Collor.

Já para um futuro governo Lula, constitui-se na base para melhores condições políticas para a ruptura, preparando os trabalhadores e a população ao legitimar uma outra perspectiva de organização da economia e da sociedade, e questionar os limites da institucionalidade estabelecida. □

Questionamos as estatais como moeda de troca de favores políticos.



Escher

O movimento social está, de forma dispersa, construindo uma resposta ao neoliberalismo.

ME: a procura de um rumo



Barbara Kruger

Mário Diniz

A universidade no Brasil, não existe mais. O espaço acadêmico da livre especulação, da produção científica e embate de idéias, deu lugar a um barco sem rumo que navega fazendo água por todos os lados. Despeja em cada porto milhares de profissionais condenados a integração passiva num mercado caótico. O desperdício de recursos humanos e científicos desta grandeza é algo absurdo para um país como o Brasil, mas perfeitamente coerente com o projeto neoliberal em curso.

Para o neoliberalismo, não existe contradição entre capital e trabalho, nem grandes conflitos de interesses na sociedade, apenas uma distribuição de "funções". A fragmentação, nos leva a perder de vista o papel específico e combinado que cada setor social pode cumprir. Perdendo este horizonte, perdemos a perspectiva de articulação das contradições que vivemos. Deste estado de espírito, à cooptação, ou aceitação das "leis naturais" do mercado, é um passo.

Isto explica em certa medida que, apesar do PT e a esquerda em geral terem estado a frente de todas as mobilizações em defesa da universidade na última década, estes movimentos não conseguiram "explodir" para fora da universidade. Segue para nós o desafio de construir uma face popular e democrática na universidade e evitar que num país em colapso social, a universidade prossiga como algo separado desta realidade.

A evolução recente do ME

O movimento estudantil nas universidades retomou sua organização há pouco mais de dez anos, na vaga da mobilização popular que culmina com a fundação do PT. A UNE, refundada em 79, passou mais da metade da década de 80 sob controle do PC do B e MR8. Neste período, ainda não se deu a estabilização de um perfil na intervenção petista no ME. A convergência de diversas experiências e tradições de esquerda ainda está por se dar no movimento estudantil petista.

O ME petista surge com uma geração de ativistas que desenvolvem uma elaboração sobre o papel dos estudantes partindo de grandes lacunas: as profundas mudanças da universidade contemporânea, o perfil social de uma geração de jovens crescida na ditadura militar e a obrigação de redescobrir um papel qualitativamente distinto daquele que cumpriu nos anos 60/70.

Esta busca ainda continua, e o vazio político de mais de uma década foi preenchido pela disputa de aparelho, pelo controle político do que ainda podia representar a UNE.

As entidades estudantis de instrumentos de organização política, passaram a ser trincheiras de disputa política interna. Tornaram-se um fim em si mesmas.

A história recente do ME brasileiro pode ser resumida no

embate entre os profissionais do aparelho (PC do B) e um conjunto de petistas bastante heterogêneo, tanto em tradições e visões, que tentavam buscar algum outro caminho para o ME. Sem saber bem por onde.

Como consequência, o ME contemporâneo, visto de conjunto, assistiu ao progressivo esvaziamento das entidades e da participação política dos estudantes. É a tão falada crise do ME. A visão reinante hoje é de que o estudante é individualista, despolitizado e, em certa medida, conservador.

Redescobrir um caminho

As vésperas de mais um Congresso da UNE, que ocorrerá no final de maio em Niterói-RJ, o fato da intervenção petista estar sintetizada em uma única tese, representa um exemplo importante para um partido que vem enfrentando enormes dificuldades para construir uma unidade de ação neste momento difícil da conjuntura.

Mais uma vez está colocada a questão de propormos um caminho diferente para a UNE, despriorizando a luta pela presidência da UNE ou "maiorias" no Congresso, e tentar - apropriando-se de várias experiências alternativas a este movimento "formal" - plantar uma hegemonia petista duradoura no ME e na UNE. Aqueles que hoje aparecem como os "inimigos" poderão ser vistos como aliados se conseguirmos elaborar uma política eficaz contra nosso inimigo real: um projeto global e articulado internacionalmente para acabar com a função pública da universidade brasileira, colocando-a a reboque dos interesses capitalistas.

Num movimento que evolue muito mais lentamente do que devia, talvez leve ainda algum tempo para que alguns companheiros do PT, entendam o papel central que cumprem nesta recomposição, questões como a ampla democratização das entidades, a necessidade de uma intervenção conjunta com Andes e Fasubra e de atividades como a construção de um Congresso em defesa da Educação, congregando todos os setores comprometidos com esta luta no movimento educacional brasileiro.

Organizar as experiências

Apesar de uma intervenção disseminada em quase todas as áreas do movimento educacional, o PT não conseguiu até hoje estabelecer uma ação política articulada de conjunto. As entidades do movimento universitário são dirigidas por companheiros petistas, muitas reitorias são hoje ocupadas por reitores do campo democrático e popular, quando não petistas, mas experiências em educação das administrações petistas são pouco conhecidas.

Devemos preparar-nos para responder a seguinte questão: que fazer para conquistar a universidade para a colaboração com um possível governo democrático e popular na sucessão de Collor?

Não bastará apenas compreensão política para responder a magnitude destas questões, mas sim uma vontade política do PT em contruir uma proposta democrática e popular e uma direção petista que sintetize, apresente e dirija um projeto alternativo para a questão educacional no Brasil.

Papel estratégico

A luta política empreendida na universidade deve libertar-se das amarras do corporativismo. Ampliar os horizontes desta ação tendo em vista que ações isoladas não avançam, é indispensável uma série de iniciativas combinadas e simultâneas que possam articular nossa luta com um movimento social mais amplo.

A chave reside em entendermos o papel estratégico que o movimento educacional tem a cumprir num país como o Brasil: subdesenvolvido, atrasado e dependente sob o ponto de vista tecnológico e cultural. O acesso a um conhecimento emancipador é um dos pré-requisitos para a libertação de nosso povo. □

Mário Diniz é diretor da UNE.

As entidades estudantis deixaram de ser instrumentos de organização política.

O congresso da UNE pode plantar uma hegemonia petista duradoura.

Nove dias que abalaram São Paulo

Italo Cardoso

Quando na terça-feira, 19 de maio, a assembléia dos condutores de São Paulo suspendeu a greve que já durava nove dias, o rastro de crise interna do partido estava claro.

Em 1988, meses antes do PT conquistar a Prefeitura de São Paulo, uma chapa que incorporava militantes vindos de várias experiências sindicais (situação e oposição) derrotou a da maioria da diretoria, composta por membros dos dois PCs. Assim, finalmente, esse sindicato estratégico passava a estar sob a condução de militantes cutistas-petistas.

Essa nova direção iria promover uma mudança radical do sindicato, multiplicando por três o número de sindicalizados, constituindo comissões de trabalhadores em praticamente todas as garagens e, fundamentalmente, avançando organizativamente entre os trabalhadores das empresas privadas. Foi a marca de um sindicalismo combativo e autônomo que gestou esse salto de qualidade - e que faz com que hoje essa categoria conte com quase mil militantes de base com mandatos (de Comissões de Garagem, CIPAs e Delegados Sindicais).

Foi também um novo marco de relação com a administração municipal e conseqüentemente com os empresários do setor - acostumados às benezes dos prefeitos de plantão, assim como com a condescendência dos dirigentes sindicais reformistas. É que em 1988 foi eleita prefeita de São Paulo a companheira Luiza Erundina.

O atraso na relação política

Porém, enquanto a categoria avançava na sua organização sindical, a administração municipal enfrentava os primeiros problemas para desenvolver o programa original do PT para a prefeitura. As deficiências programáticas começaram a ser substituídas pelo "pragmatismo" e, sobretudo na área da relação com os trabalhadores municipais (administração direta e indireta), os problemas foram se avolumando.

Não basta uma administração reconhecer liberdade de organização para avançar na relação trabalhista. Era necessário que se trabalhasse um novo conceito de recursos humanos dentro de uma perspectiva democrática e popular.

Dessa maneira a administração se acostumou a travar uma relação onde se misturavam liberdade de organização, não reconhecimento da organização sindical (na hora de negociar), a negativa em negociar uma política salarial clara (substituída por "concessões" unilaterais), etc.

Estes elementos são os que criaram as condições para a crise de relação trabalhista entre os condutores e a administração neste mês de maio.

Acumulação de capital, arrocho salarial

Desde 1991 a categoria vem enfrentando, cada vez com maior intensidade uma contradição gritante: há uma evidente acumulação de capital no setor de transporte coletivo urbano, com aumento e renovação da frota. Este ano, com a "municipalização" em curso, essa tendência veio se reforçar.

De outro lado, desde início de 1991 a categoria vem acumulando perdas salariais cada vez maiores, tendo chegado a 89% (fora as perdas do Plano Collor 1). Além disso, em abril deste ano a diferença salarial com outras categorias similares (como condutores do ABC, também sob administração petista) chega a 40%.

A resolução dessas duas defasagens (em relação ao capital no setor e em relação aos salários do mercado) estava em pauta há meses e era evidente que iria aparecer com força na campanha salarial (com a data base em 1º de maio).

A crise orçamentária e suas opções

A crise no orçamento municipal com o recurso judicial contra a progressividade do IPTU ainda trouxe um maior

tensionamento do lado da prefeitura. As opções foram feitas a partir da queda da arrecadação, sem estabelecer um diálogo com os setores atingidos pelos cortes.

A partir daí a política frente as reivindicações salariais se reduziria a enunciar as restrições orçamentárias (sem enunciar as opções feitas). Conseqüentemente, acentuou-se a crítica ao "corporativismo" do sindicato, contrapondo-o aos interesses gerais da cidade (que estariam expressos nas opções do secretariado - não discutidas nem mesmo com o partido).

Assim, a discussão entrou no terreno de uma disputa que já se alastra no PT (e que não está demarcada segundo suas tradicionais tendências) entre a "postura de estadista" e a "postura de governante petista". A primeira, defendida pelo núcleo do governo; compromete-se com a institucionalidade (sinônimo de democracia) e a governabilidade institucional (sinônimo de eficiência); a segunda, defendida majoritariamente no partido se pauta pelo programa e os princípios defendidos pelo PT, dialoga com sua base social, entende os atos de governo como momentos de disputa política, etc.

Confrontação

Chegado a este ponto estavam dados os ingredientes explosivos da crise. O sindicato demonstrou desde o primeiro dia que as reivindicações eram muito sentidas pela base; o início da greve se deu pela adesão massiva dos trabalhadores. E mais, demonstrou sensibilidade política quando retirou da pauta entregue à Prefeitura os "84% do Plano Collor I" - cobrados então do governo federal, dando um conteúdo ao "Fora Collor já!" definido pela categoria.

Mais de 60 garagens, mais de 9000 ônibus, mais de 50.000 trabalhadores, efetuaram um paralisação que demonstrou capacidade de mobilização e organização. De outro lado, deixaram de ser transportados quase sete milhões de passageiros por dia.

O TRT pediu a instalação do dissídio, assinalou uma proposta aceitável para os trabalhadores (a perda de 89% em duas vezes) e acabou, cinco dias depois, julgando pela recuperação em três vezes, decretando a abusividade" da greve (mesmo quando o sindicato concordou em manter rodando 40% da frota a partir do terceiro dia), e definindo a retirada de reivindicações que já tinham sido concedidas na mesa de negociações durante a campanha salarial.

Assim, o TRT mostrou uma intencionalidade política, desafiando os dois lados. Para os trabalhadores, a proposta saída do tribunal era inaceitável enquanto tal. Isso iria se refletir na assembléia.

Esse posicionamento político também fica claro na intensa campanha desencadeada pela direita e na mobilização, feita pelo governo Fleury, de um amplo aparato repressivo nas garagens. Isso resultou em 54 prisões, sendo seis realizadas no último dia de greve, quando por determinação do governador passaram a ser baseadas no artigo 265 do código penal (crime contra o patrimônio público, considerado crime inafiançável). Esses companheiros estão detidos.

Do outro lado, seguindo a lógica do discurso de "estadista" a administração inicia demissões "por justa causa" em massa, de trabalhadores da base (475, incluindo membros de comissões de garagem e até companheiras grávidas) visando criar pânico entre setores despolidizados - sendo que a "justa causa" era a greve!

Assim, do discurso contraditório com o programa partidário passa-se ao antagonismo aberto com os princípios fundadores do partido.

A greve chegou, no nono dia, ao cansaço da população e dos trabalhadores do setor. Porém, o conflito não acabou. Está latente. Só que agora, além de um conflito trabalhista instalado no meio da campanha eleitoral deste ano, temos também um conflito político de porte instalado no partido. □

Italo Cardoso é vereador do PT em São Paulo.

Chocaram-se, na greve, a "postura de estadista" e a postura de "governante petista".



A administração demitiu, por justa causa, 475 grevistas.

A falência do modelo alemão?



Ererton Ballardin

O modelo alemão estabelecido desde os anos 60 se esgotou.

O centro da crise é o fracasso da unificação proposta pelo governo Kohl.

Angela Klein

A Alemanha foi sacudida por um movimento grevista sem precedentes desde 1974. Neste momento, o liberal Hans-Dietrich Genscher, que durante dezoito anos foi ministro das relações exteriores, renunciou. A coincidência não é fortuita. A Alemanha encontra-se mergulhada numa crise política e social profunda. Nada será como antes. A razão fundamental: o fracasso do projeto Kohl de unificação da Alemanha, a impossibilidade de realizar este projeto no quadro das relações de forças sociais atuais e no contexto de recessão capitalista internacional.

Especulou-se muito sobre as razões da demissão de Genscher. Mas não resta dúvida de que ele deixou o barco democrata-cristão/liberal para preparar um outro caminho político para a Alemanha. Em 1982, a demissão de Genscher provocou a queda da coalizão dirigida pelo chanceler social-democrata Helmut Schmidt. Porém, mais interessante é a comparação com o ano de 1966. Na época, o chanceler democrata-cristão Ludwig Erhardt, pai do "milagre alemão", e seu aliado liberal tiveram que ceder lugar a uma coalizão entre social-democratas e democratas-cristãos. Foi o início do grande pacto na Alemanha: o governo, os bancos e as organizações sindicais reuniram-se numa mesa redonda de "Ação conjunta", sob a direção do Banco Central e de um "conselho de notáveis". Seu objetivo: atingir o equilíbrio orçamentário, o controle da inflação, o crescimento econômico e o pleno emprego. Assim, o Estado instaurou seu controle sobre os "parceiros sociais", sobretudo sobre os sindicatos. Estes deviam consentir em sacrifícios em nome do "interesse geral". Mas, como reverso da medalha, eles adquiriram um peso importante. É este "modelo alemão" que hoje entra em crise. E a solução da crise, do ponto de vista patronal, passa pelo questionamento da força sindical.

A crise

A situação de hoje exige uma política completamente

diferente. A causa principal: os colossais problemas colocados pela brusca absorção da ex-República Democrática da Alemanha. Os custos desta unificação agravaram os problemas na Alemanha Ocidental. A dívida pública é enorme. O desemprego no Leste do país, onde a indústria está sendo sistematicamente desmantelada, encontra-se no nível de 1930-32. Serão necessários quinze anos para superar esta situação, mas enquanto isso, a recessão se desenvolve. Pela primeira vez em quarenta anos, o nível de vida na Alemanha Ocidental está ameaçado.

Tudo isso está sendo acompanhado da perda do sentimento de identidade nacional. No Leste, os restos da "identidade RDA" são extirpados sem piedade. No Oeste, não se pode mais utilizar o espantinho comunista. O cimento social sobre o qual a Alemanha foi construída se pulveriza. E nem o establishment nem a esquerda tem uma nova identidade a propor. Nota-se, no Leste, uma certa nostalgia pela antiga RDA, mas uma nostalgia sem nenhum conteúdo de classe. Apenas a extrema-direita tem alguma coisa a propor: a febre nacionalista e "a independência".

Custos da unificação

Ninguém preparou a unificação, nem a burguesia. Ela falava disso em seus programas eleitorais, mas era propaganda: ela resignava-se com a existência da RDA. Quando a unificação revelou-se subitamente possível, a burguesia aproveitou a chance que se ofereceu, mas de forma completamente aventureira. As considerações políticas se impuseram sobre a economia. Helmut Kohl, que aspirava entrar para os manuais escolares como o novo Bismarck, fez isso apesar das advertências lançadas pelo poderoso Banco Central.

Confiando em sua força financeira colossal, a República Federal lança-se na aventura. Mas ela se choca com duas barreiras: a fatura da reestruturação da economia do leste e a disponibilidade dos habitantes do leste, em consentir sacrifícios para introduzir o capitalismo entre eles.

Foram necessários dois anos para que as consequências desta substituição aparecessem. Enquanto isso, governo e patronato tinham feito promessas e concluído acordos que são hoje incapazes de cumprir. Eufórico, Kohl declarou, por exemplo: "ninguém terá menos do que antes" (dezembro de 1990); "em 1994, a Alemanha Oriental será uma paisagem florida" (fim de 1991).

Na primavera de 1991, os patrões das metalúrgicas, seguidos pelos de outros setores, concluíram no Leste contratos coletivos que estipulavam:

- 60% dos salários do Oeste para os trabalhadores do Leste;
- igualdade salarial em 1996;
- semana de trabalho de 35 horas em 1998.

O ano de 1998 deveria assistir os primeiros contratos coletivos comuns. É certo que estes contratos dividiriam a classe operária por um período de sete anos, mas eles são desvantajosos para o patronato. Ele está, também, marcado pelas ilusões sobre a unificação, principalmente de que a indústria do Leste seria massivamente tomada por investidores ocidentais, o que abriria um novo ciclo de crescimento econômico.

Desmantelamento do Leste

Mas a grande indústria recusa-se a modernizar as empresas orientais. Ela fecha-as e constrói empresas menores, segundo o modelo japonês. Esperava, assim, servir-se do desemprego massivo para neutralizar o movimento sindical no Leste e pressioná-lo no Oeste. O desmantelamento econômico tornou-se um meio de enfrentar os severos limites que a amarravam a seus parceiros sociais, sem, entretanto, questionar frontalmente a política de pacto.

A Treuhand, a holding estatal encarregada de vender as empresas do Leste a particulares, fez-lo a preços ridícula-mente baixos. Após a reorganização dos ramos altamente monopolistas (bancos, seguros, mídia, comércio atacadista,

química, automóveis, eletrônica) e a liquidação dos ramos também atingidos pela crise no Ocidente (textil, minas, siderurgia), a Treuhand liquidou as quatro mil empresas restantes (de um total de dez mil) a qualquer preço. Kohl esperava que a Treuhand fornecesse entre 200 e 300 bilhões de marcos; ela teve um déficit de 400 bilhões (um dólar equivale a 1,6 marcos).

Explosão da dívida pública

As privatizações e a desregulamentação foram feitas de forma tão selvagens que suas consequências são nefastas mesmo do ponto de vista da estabilidade capitalista. Espera-se para este ano uma redução de 9,6 para cinco milhões de postos de trabalho no Leste. A ex-RDA, com 20% da população alemã, responde por 7% do PNB. Será necessário um crescimento econômico de 7,5% ao ano para elevar o PNB per capita do leste ao nível do oeste no ano 2000.

O governo destinou, em 1991, 130 bilhões de marcos à reconstrução da ex-RDA. Preve 150 bilhões este ano. Mais de um terço desta soma destina-se ao pagamento de salário-desemprego. Há dois anos, os custos sociais da unificação eram estimados, ao final de dez anos, em um trilhão de marcos. Hoje, eles são estimados entre 1,5 a dois trilhões! O resultado é uma explosão da dívida pública. Ela já atinge 1,6 trilhões de marcos.

Este déficit alimenta a inflação: 4,5% oficialmente no ocidente. Mas 20% para os produtos de primeira necessidade! Os aluguéis subiram entre 10 e 30%. No Leste, os preços dos bens de consumo são iguais ou superiores aos do Oeste, apesar dos salários serem 45% inferiores! 20% da renda no Ocidente vai para aluguel; 30 a 35% no Leste. Uma fatura pesada para os assalariados. Ainda mais que desde o início do governo Kohl, em 1982, a parte do trabalho frente ao capital na renda nacional não parou de diminuir. Ela era, em 1975, de 65%; hoje fica nos 53%...

Salários e previdência

Duplicação da dívida pública depois de 1989, recessão e a catástrofe econômica no Leste: a opinião pública está profundamente chocada. O patronato aproveita para colocar a desregulamentação e atacar a previdência. Já havia tentado isso - sem sucesso devido à resistência sindical.

O programa patronal: reintrodução do não pagamento dos três primeiros dias de carência (suprimidos após a greve dos metalúrgicos em 1963); redução do "salário social" pela privatização de uma parte dos custos da saúde e das pensões; possibilidade de contratos coletivos regionais, ligados à produtividade; supressão de uma série de impostos sobre as empresas. E, sobretudo, o patronato quer uma mudança na política salarial, como adaptação dos salários ao custo de vida através dos contratos coletivos (não há indexação na Alemanha). Seu objetivo é que a alta dos salários não ultrapasse a inflação oficial.

O ex-chanceler Schmidt (social-democrata) e o liberal Lamsdorff chegam mesmo a exigir "acordos-zero". Seu argumento é que o custo salarial está colocando em perigo a competitividade da Alemanha enquanto principal país industrializado e a "reconstrução" do leste deve ser paga. O patronato exige também um maior controle estatal dos pactos sociais.

A greve

Não havia falta de bons argumentos para os sindicatos face a esta ofensiva. Os lucros dos últimos dois anos foram fabulosos, enquanto o salário real dos trabalhadores diminuiu. As empresas dispunham de 670 bilhões de marcos líquidos que elas empregavam na especulação. Os sindicatos exigiam o respeito aos acordos de 1991 sobre a harmonização salarial leste-oeste. Eles deixam claro que os assalariados já suportam três quartos dos custos da "reconstrução": cinquenta bilhões do total injetado no leste este ano veio das caixas de desemprego e das pensões, outros cinquenta bilhões provêm da "taxa de solidariedade" de 7,5% pagas na fonte sobre os salários dos alemães ocidentais este ano. Os sindicatos exigem, portanto, altas de salários de 9% a 10%.

A luta pelos aumentos salariais começou em fevereiro, em torno da batalha pelo contrato na siderurgia. Em 1991, os trabalhadores das siderúrgicas não receberam nenhum aumento. Este ano eles arrancaram 6,4%. Ao mesmo tempo, fizeram greve no Leste, na siderúrgica de Brandeburgo e na construção em Saxe.

Em seguida foi a vez dos bancos, os grandes beneficiários da unificação. Neste setor, onde apenas 20% dos trabalhadores são sindicalizados, o governo esperava ganhar um ponto para sua nova política salarial. Os patrões propunham um aumento de 5%. Os sindicatos organizaram greves de advertência durante sete semanas. Os patrões, furiosos, tiveram que conceder aumentos de 6,4%.

Em fim de abril, foi a vez dos metalúrgicos. Agora o patronato recebeu a ajuda do governo, já que ao mesmo tempo começaram as negociações no serviço público e as ações grevistas se estenderam. Nos serviços públicos, o Estado-patrão evidentemente invocou o déficit orçamentário. A luta teve um impacto político direto, que colocou problemas para os sindicatos, cujos afiliados são, em geral, muito pouco politizados.

Entretanto, a atuação do governo ajudou. Primeiro, ele propôs 3,5% de aumento. As negociações conduzidas por um "mediador" propuseram 5,4%, mais quinhentos marcos para o período de janeiro a abril e um subsídio para as crianças que estudam. O sindicato tendia a aceitar, mas o governo recusou. O sindicato pode, assim, acusar o governo de "defender princípios abstratos" e defender a greve numa visão de realismo sindical.

As greves contaram com a simpatia da opinião pública, muito descontente com o governo, como se pode constatar nas últimas eleições regionais em Bade-Wurtemberg e Schleswig-Holstein. Muitos assalariados estão preocupados com seu futuro e seu nível de vida. Eles criticam o governo por sua incompetência e sua negligência, e a social-democracia pela ausência de alternativa e de oposição. Eles se sentem manipulados por uma classe política "que vive do dinheiro do Estado e do voto do cidadão". Mas não devemos nos enganar. O caráter político destas opiniões é ambíguo: elas carregam uma tendência direitista de defesa das conquistas nacionais em detrimento dos mais fracos, dos imigrantes, do resto do mundo. Mas a greve é o meio de superar na prática este tipo de sentimentos.

Outro elemento interessante: a greve tende também a reduzir o fosso entre o leste e o oeste. Os trabalhadores dos transportes públicos do leste solidarizaram-se com os colegas do Oeste.

Que alternativa política?

A situação do governo Kohl está se tornando muito precária, quer ele caia, quer ele se reestruture. A greve tem, para os trabalhadores, um efeito bola de neve. As greves nos serviços públicos afetaram toda a vida econômica. E mais, o sindicato IG-Metall realizou ações de advertência contra os 3,5% de aumento propostos; 150 mil trabalhadores participaram.

Mas os sindicatos não queriam desencadear uma ação de conjunto nem queriam, certamente, a queda do governo. Eles não tem alternativa política. Os social-democratas reivindicam sistematicamente "assumir suas responsabilidades governamentais". Não se coloca, para eles, a questão de denunciar a atual política social, com a qual eles já colaboram indiretamente através de sua participação governamental a nível regional.

Os parceiros na coalizão governamental - os democratas-cristãos e os liberais - podem seguir outro caminho. Falam, por exemplo, em escolher uma nova equipe. De qualquer forma, quer o governo de direita se mantenha, que ele seja substituído por uma "grande coalizão", o programa governamental já está traçado pelo patronato. Ele aplicará com energia um "plano de reforma" no quadro de um pacto sob a tutela do poder. Isso passa por um ataque contra a força de choque dos sindicatos e a vontade de luta. De outro lado, uma grande coalizão reforçará o sentimento dos cidadãos de que a política esta muito distante sobre suas cabeças e, dado a fraqueza das forças de esquerda, beneficiará a extrema-direita.

Os problemas políticos da Alemanha são muito semelhantes aos que vive o resto da Europa. As relações de forças sociais são obstáculos aos planos patronais, mas os sindicatos são impotentes para apresentar uma alternativa social e indicar o caminho de uma alternativa política de governo capaz de bater-se com a política neoliberal que praticam os liberais, a democracia cristã e a social-democracia. □

Angela Klein é dirigente do Partido Socialista Unificado da Alemanha. Artigo extraído do jornal belga La Gauche, de 13/05/92.

A intransigência do governo facilitou a deflagração da greve dos serviços públicos.

Os sindicatos não querem a queda do governo; eles não têm alternativas políticas ao neoliberalismo.

Rebelião em Los Angeles



Takeshi Fukushima

Dolores Trevizo

Em 29 de abril, um sentimento de injustiça e indignação percorreu Los Angeles, após o veredito de um júri branco que inocentou quatro membros do Departamento de Polícia de Los Angeles que espancaram violentamente Rodney King em março de 1991. Ainda que este veredito tenha chocado muitos brancos, ele confirmou para a maior parte dos membros das minorias que não existia nem mesmo democracia formal - para não dizer de real - para os afro-americanos.

Somente durante o ano de 1991, quatro jovens de comunidades minoritárias foram "legalmente assassinados", um deles com uma bala nas costas, por policiais do condado de Los Angeles. Inúmeros outros membros de minorias são cotidianamente presos, perseguidos e encarcerados, na maior parte das vezes, de forma ilegal, mas sempre com a benevolência do Estado, que declarou guerra contra a droga, encorajando a juventude negra.

Sob o pretexto de limpar as ruas do crime e das drogas, o Estado pode suspender os direitos jurídicos de certos indivíduos, em geral jovens negros oriundos da classe operária.

Dois pesos, duas medidas

O veredito do caso Rodney King, que tanto chocou o país, não representou uma surpresa para a comunidade afro-americana, ainda sob o impacto da decisão de um outro júri branco, que condenou a somente seis meses de liberdade condicional um comerciante coreano que assassinou com uma bala nas costas uma menina negra de 13 anos, Natasha Harling. Nos dois casos, separados por apenas seis meses de distância, é evidente que se os criminosos fossem negros e as vítimas brancas, a decisão seria favorável às vítimas.

Compreende-se a existência desta justiça dual quando se percebe que o Estado tem sistematicamente criminalizado as comunidades afro-americana e hispânica do país e conhece apenas um tipo de culpado: o homem negro ou hispânico. As estatísticas são bastante reveladoras: nas prisões estaduais ou federais, 46% dos prisioneiros são negros e 12,6% são hispânicos - a taxa de prisão dos negros nos Estados Unidos é quatro vezes mais elevada do que dos negros na África do Sul! Praticamente 25% dos negros entre 20 e 29 anos estão sob a autoridade do sistema judiciário. Estas cifras não tem relação com a progressão do número de delitos: enquanto a taxa de criminalidade diminuiu 3,5% desde 1980, a população carcerária dobrou.

**A decisão do caso
Rodney King não
surpreendeu a
comunidade negra**

**25% dos negros entre
20 e 29 anos estão
sob a autoridade do
sistema judiciário**

Assim, a violência das "massas negras", que o mundo todo considerou como uma simples resposta à injustiça racial do veredito do caso Rodney King, decorre, no fundo, de uma violência bem maior exercida pelo Estado.

14 mil sem justiça

Cinco dias após o início dos motins, o Estado assegurou que Los Angeles tinha sido pacificada e que se deveria "retornar ao trabalho". Mas esta pacificação só foi possível - o governo esqueceu de reconhecer - graças a prisão de cerca de 14 mil pessoas (a maior parte ilegalmente, em manifestações políticas pacíficas); a maioria delas não teve possibilidade de recorrer a seus direitos legais no caso de interpelação. As vozes dos detidos foram abafadas e sua forma de protesto foi esmagada pela hiper-militarização da cidade. Mais de 12 mil militares federais, inclusive guardas nacionais e mariners treinados na guerra do Golfo para a operação "Tempestade do deserto", tomaram posição nos bairros populares de Los Angeles, que os moradores brancos da cidade só conheciam de ouvir falar.

A resposta das autoridades foi tão severa e discreta que os mídias nem mesmo noticiaram a expulsão do país de pelo menos dois mil imigrantes mexicanos e estrangeiros pelo Serviço de Imigração e Naturalização, enviados a Los Angeles entre as tropas enviadas pelo presidente Bush.

Enquanto estes atos ilegais de violência da parte do Estado ocorriam de forma discreta, as câmaras de televisão mostraram durante três dias o que pareciam ser pilhagens e incêndios indiscriminados por parte das massas negras e hispânicas.

Lutas raciais

Estes incidentes não foram tão arbitrários como fazia crer a televisão. Ao contrário, a maior parte das pilhagens correspondiam a esquemas impostos pelas políticas raciais. Enquanto as lojas de bebidas alcoólicas pertencentes a coreanos e o próprio bairro coreano foram visadas pelos jovens saqueadores, a maior parte das pequenas lojas pertencentes a negros e hispânicos foi poupada - os proprietários negros e hispânicos colocaram cartazes nas portas indicando sua origem racial.

As razões destes ataques a lojas de coreanos são numerosas e complexas; mas deve-se destacar que as relações parasitárias com os membros da comunidade onde eles se estabeleceram são, na maior parte das vezes, vividas e entendidas sob o prisma da diferença. Nos Estados Unidos, a especificidade das relações raciais determina - segundo a cor e a raça - estas diferenças; os choques culturais, no contexto de uma relação de exploração econômica, são apreendidas, tanto de um lado como de outro, como relações raciais. Podemos lastimar esta "racialização" das relações econômicas de exploração, mas elas são reais.

A pilhagem tem, evidentemente, razões econômicas. A angústia econômica dos bairros pobres, o fato de que a maioria dos adultos negros e hispânicos que aí vivem estarem desempregados, sub-empregados ou simplesmente totalmente excluídos do mundo do trabalho, explica porque as massas urbanas - jovens e velhos, homens e mulheres - participaram do roubo às lojas locais. Tratavam-se de símbolos de luxo, como tênis Reebok (que custam US\$ 150 o par) e aparelhos de compact disc, mas também de produtos como leite e cereais. Foi a ocasião para a realização, em pequena escala e a curto prazo, de uma redistribuição momentânea da pequena riqueza local.

Cidadãos de segunda categoria

Os ataques capitalistas contra a classe trabalhadora, no curso da reestruturação da economia, golpearam duramente a comunidade afro-americana. Segundo o sociólogo William

Julius Wilson, "em 1974, 48% dos homens negros entre 20 e 24 anos ainda trabalhavam como operários semi-qualificados na indústria ou em pequenas oficinas, que pagavam o suficiente para suas necessidades e de suas famílias. Em 1986, apenas 25% dos negros nesta faixa de idade ainda tinham este tipo de emprego, enquanto os outros foram obrigados a aceitar empregos piores ou permanecerem desempregados" (Los Angeles Times, 6 de maio de 1992).

Ao mesmo tempo, o Estado reduziu drasticamente as despesas sociais com saúde, educação e serviços sociais, enquanto reduzia o imposto sobre propriedade e e as taxas sobre as transações comerciais. Durante os últimos quinze anos, aumentou enormemente o fosso entre os ricos e os pobres. A divisão da sociedade em dois campos, os proprietários e os despossuídos, empurrou ainda mais os negros para a segunda categoria.

Confrontadas com escolas superpopuladas e com o declínio da qualidade do ensino, mais de 50% da juventude negra e hispânica perdeu seu lugar antes mesmo de entrar na escola. Em uma economia cada vez mais dependente de uma força de trabalho altamente qualificada, a declaração de Julius Wilson, que explica que os negros "não tem futuro", fala por si mesma.

Entre os efeitos positivos desta revolta, pode-se assinalar a tomada de consciência crescente da necessidade da unidade, em uma comunidade dilacerada por dez anos de combates fratricidas entre gangs. Em meio à revolta, as mais importantes gangs negras Los Angeles firmaram uma trégua, anunciada nos muros da cidade por slogans como "Os Crips e os Bloods juntos para sempre". Por agora, estes grupos estão reunidos com o objetivo de defender sua comunidade contra a polícia. Ela sentiu o poder dos setores mais enganados e abandonados da sociedade. A ameaça está no espírito de todos que assistiram a estes acontecimentos: "Sem justiça, não há paz!".

Dolores Trevizo é colaboradora da revista *Against the current*. Matéria extraída do *Inprecor* nº 352, de 8 de maio de 1992.



Fiona Hall

As barbas de molho

Atilio Borón

Os gravíssimos incidentes que comoveram Los Angeles e algumas das mais importantes cidades norte-americanas são uma nova confirmação - agora no primeiro mundo - das devastadoras consequências produzidas pela aplicação das políticas neoliberais. Uma centelha - a aberrante sentença judicial que absolveu os policiais brancos - incendiou a pradaria, favoravelmente predisposta à explosão pela exclusão e marginalização social premeditadamente criadas pelos "funda-mentalistas" do mercado.

Nos anos de Reagan promoveu-se uma fenomenal transferência de rendimentos para as classes burguesas, com a crença de que os maiores lucros dos empresários se traduziria em maiores taxas de investimento e, portanto, em uma maior oferta de empregos. Hoje sabemos que nada disso ocorreu: os lucros serviram para acumular gigantescas fortunas, os investimentos não aumentaram, os empregos não foram criados e os Estados Unidos recuaram ainda mais frente a Europa e o Japão. Os ricos enriqueceram e os pobres empobreceram. O resultado: uma sociedade destrocada pelo ressentimento, a frustração e a humilhação, que encubava em seu seio a semente da violência.

Poucas semanas atrás, uma nota de capa do *New York Times* analisava um informe do Congresso que mostrava que o 1% da população mais rica do país, havia se apropriado de 60% da nova riqueza gerada entre 1977 e 1989, enquanto os 80% mais pobres tiveram que se contentar com as migalhas, repartindo entre todos eles um esqualido 6% da renda adicional criada nestes anos. O artigo também assinalava que a renda dos 20% inferiores da pirâmide distributivista haviam baixado 9% e que a desigualdade havia "aumentado até o ponto em que se encontrava antes do New Deal". Se nos anos 70 os gerentes ganhavam 35 vezes mais do que o salário médio dos operários, as políticas neoliberais produziram o escandaloso milagre de fazer com que eles recebam, nos anos 80, um salário em média 120 vezes superior ao dos trabalhadores manuais. Enquanto isso, o desemprego entre

os negros menos de 20 anos era de 38%, e entre os brancos uns 15%; as cifras para toda a população economicamente ativa eram de 14,2% e 6,9% respectivamente.

Em 1979, 11,7% da população norte-americana encontravam-se abaixo da "linha de pobreza"; em 1989, subiu para 13%, abarcando 32 de milhões de pessoas. Negros e hispânicos levaram a pior: um de cada três negros vive abaixo desta linha e um de cada quatro hispânicos compartilha do mesmo infortúnio. Não por acaso foram estes os grandes protagonistas dos distúrbios. Não é demais lembrar que o sul da Califórnia - onde está situada Los Angeles - é uma das zonas onde a pobreza alcança seu ponto mais elevado, chegando a 16,3%.

Nos Estados Unidos, o "fundamentalismo" neoliberal desregulou irresponsavelmente, arquivou as preocupações ecológicas, derogou a legislação social que protegia os fracos, privatizou numerosos serviços públicos, debilitou os direitos de cidadania e condenou, por ação ou omissão, as crianças, os pobres, os doentes, os velhos, as mulheres, os jovens, as minorias e os incapacitados. O Estado desertou de sua responsabilidade social e a saúde, a educação, a habitação, o bem-estar e a previdência converteram-se em onerosas mercadorias que os pobres deviam adquirir ao preço que fixavam os oligopólios ou abster-se de consumi-las. Liberado dos controles estatasi, o mercado desenvolveu a tarefa destruidora que o caracteriza. Impulsionado pelo afã de lucro, não se deteve até que se produziu a catástrofe e, como em *Metrópolis* - o alucinante filme de Fritz Lang - os condenados emergiram na superfície da cidade e destroçaram tudo que se encontrava à sua frente. Sob os escombros fumegantes de Los Angeles jaz, ferido de morte, o dogma neoliberal. Saberal aperceber-se disso, antes que seja demasiado tarde, os aprendizes de feiticeiro nativos que exaltam diariamente as virtudes do "modelo americano"? □

Extraído do diário argentino *Página 12*, edição de 3 de maio.

Sob os escombros de Los Angeles jaz, ferido de morte, o dogma neoliberal.

IMPRESSO

Eco-92 controlada

Isaac Akcelrud

A largas passadas e com a resoluta participação dos seus principais responsáveis políticos e organizadores, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92 ou Rio-92, amadureceu para a festiva instalação, amanhã, em junho, como um espetáculo maior da hipocrisia internacional orquestrado pelas buzinas publicitárias do grande capital.

Temas expulsos da pauta

A manipulação da assembleia ecológica mundial procura manter a silhueta de um cenário de livre debate e discussão. Mas em vão se procurará, mesmo sob a forma indireta de simples alusão, qualquer indicação sobre questões presentes no dia-a-dia de nossa época. Uma reunião mundial de ecologia que não trata de energia nuclear e não cuida de proteger a vida na Terra contra o incêndio e a irradiação atômica estará simplesmente simulando fazer alguma coisa em defesa do meio ambiente.

O temor de que o tema maldito apareça, apesar de todas as precauções, expulsou da ordem-do-dia um assunto conexo de palpitante atualidade e referente a uma outra e dramática fonte poluidora e destruidora da vida e do meio ambiente - o armamentismo, a muito rendosa indústria bélica. É verdade que numerosas organizações "verdes" do mundo inteiro, honrando o movimento, estão reivindicando a redução da produção bélica, pelo menos como forma de economizar recursos financeiros para ajudar os países pobres a lutar contra deteriorização do meio ambiente. A sugestão nem é levada em consideração. As potências não consideram necessário discutir em público suas íntimas vergonhas - as despesas militares. A Conferência Ecológica Mundial está muito longe de considerar a indústria bélica como fator poluente a combater.

Já que a Assembleia é internacional, apregoa "abalar o mundo" como o "Congresso da Terra", é inadmissível que se exclua da análise do quadro global a relação Norte/Sul; a relação entre os países ricos de capitalismo desenvolvido com a maioria de países pobres, atrasados e economicamente retardados; entre um punhado de agiotas credores e a maioria de indigentes devedores. A necessidade desse debate já se impôs e dispensa argumentos e explicações. A

própria Conferência já mostrou que os países ricos são os responsáveis pela poluição. A Ecologia pode voltar-se contra o capitalismo. É um dos altos méritos da Eco-92.

Desafios e esperanças

A ONU faz um balanço terrivelmente negativo das condições ambientais do planeta nos vinte anos que separam a Eco-92 da primeira conferência mundial (Estocolmo, 1972), no documento "Pela salvação do nosso planeta".

Há duas décadas, a preocupação era um esgotamento dos recursos naturais. O desenvolvimento deveria ajustar-se às limitações da natureza. Hoje, está em primeiro plano o efeito estufa, isto é, o aquecimento excessivo do planeta com seus efeitos catastró-

ficos (derretimento parcial dos gelos polares, aumento do volume de água dos oceanos, submersão de terras povoadas, etc.); a destruição da camada de ozônio que protege a Terra contra os raios ultravioleta causadores de cegueira e câncer.

A crise ambiental está inscrita na crise social e econômica, reconhece a ONU. Os países em desenvolvimento, 77% da população do planeta, contam apenas 15% da renda mundial. Mais de 200 milhões de crianças comem pouco e 10 milhões não comem nada. Mais da metade das mulheres grávidas do Terceiro Mundo sofrem de anemia - as crianças passam fome desde a barriga da mãe.

O relatório da ONU tem força e autoridade. Mas é insuficiente. Chega à beira da denúncia, mas não ousa. Não define responsabilidades. Quer que o poluído colabore com o poluente.

Bush faz o clima

A convenção prévia sobre o clima instala-se no centro de gravidade da Conferência Ecológica Mundial como o acontecimento padrão e referência para avaliação de todas as peças do complexo conjunto. É que boa parte das negociações para o acordo final acabou vindo a público, o que permitiu às mais importantes organizações ambientalistas norte-americanas uma cortante definição - uma vitória para os poluidores, uma derrota para o meio ambiente.

O acordo foi imposto pelo governo dos Estados Unidos, "trabalhando de mãos dadas com as indústrias do carvão, do petróleo e automóveis". Agora está claro do que se tratava, realmente, quando Bush ameaçava não comparecer à Eco-92 e por que razão essa ausência tanto preocupava os organizadores da Conferência. É que a omissão de Bush era apenas um primeiro indício dum virtual boicote norte-americano à Eco-92. As indústrias, particularmente de automóveis e petróleo, não admitem redução na emissão de gás carbônico (efeito estufa), pois seria prejudicial a seus negócios.

O acordo assinado é realmente uma rendição porque cancela qualquer compromisso de redução da emissão de gases. Dessa forma, as denúncias e resoluções da Eco-92 perdem credibilidade e autoridade.

A Amazônia é nossa

Mais de uma centena de chefes de Estado, suas comitivas, assessorias e serviços de segurança vão concentrar-se no Rio de Janeiro. Serão tratados com requinte:

1 - A Linha Vermelha, via expressa tipo primeiro mundo, que vai do Galeão à Zona Sul. Via privilegiada para os ricos do Rio, ligando os bairros granfinos com o aeroporto. É o orgulho de Brizolla, governo eleito pelos pobres para os ricos.

2 - O volume, a extensão e a profundidade do policiamento. Tudo somado, o Rio terá um aumento de cem mil policiais. Segundo informa o **Jornal do Brasil** (12.05.92), os fuzileiros navais do Batalhão Humaitá do 1º Distrito Naval - contingente de 800 homens - são responsáveis pela segurança externa do Riocentro durante a Eco-92. Para se exercitarem, os fuzileiros foram treinados na repressão de um grupo de "manifestantes" que reivindicavam aos gritos "a Amazônia é nossa". O inimigo potencial continua sendo o povo.

A isto chamam de "segurança". Tamanho ridículo é capaz de quebrar a monotonia do ramerrão dos ultimatoss de sr. Bush.

**Ameaça de boicote
impõe manutenção de
poluição de gás
carbônico.**

